



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**Mulheres nas Forças Especiais:
Batalhas Profissionais e Dramas Pessoais**

Regina Ferreira Lobato

Belém-PA
2017

Regina Ferreira Lobato

**Mulheres nas Forças Especiais:
Batalhas Profissionais e Dramas Pessoais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação

Orientador: Prof. Jaime Luiz Cunha de Souza, *Dr.*

Belém-PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Lobato, Regina Ferreira
Mulheres nas forças especiais: batalhas profissionais e
dramas pessoais/ Regina Ferreira Lobato-2017.

Orientador: Jaime Luiz Cunha de Souza
Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Segurança Pública, Belém, 2017.

1.Mulheres Policiais. 2.Mulheres- Polícia Militar.
3. Mulheres- Condições sociais. 4. Polícia Militar. I.
Título.

CDD22. ed. 363.20981

**Mulheres nas Forças Especiais:
Batalhas Profissionais e Dramas Pessoais**

Regina Ferreira Lobato

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

Belém, 07 de dezembro de 2017.

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, Dr.
(*Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública*)

Banca Examinadora

Prof. *Dr.* Jaime Luiz Cunha de Souza
Universidade Federal do Pará
Orientador Avaliadora Externa

Profa. *Dra.* Fernanda Valli Nummer
Universidade Federal do Pará

Profa. *Dra.* Silvia dos Santos Almeida
Universidade Federal do Pará
Avaliadora Interna Avaliadora Interna

Profa. *Dra.* Silvia Canaan Oliveira Stein
Universidade Federal do Pará

A Evellin Rodrigues Lobato (*in memoriam*), que nos deixou tão cedo e me fez compreender que o amor transcende este plano, que ele jamais morre, pois vive dentro de nós. Por você, minha princesa, continuei a lutar, mesmo com lágrimas nos olhos e um imenso vazio no coração em decorrência da sua ausência. Amarei você para sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, poderoso e misericordioso, que me proporcionou esta vitória.

A minha avó Luzia, que sempre conduziu meus passos em busca de seguir os melhores caminhos.

A minha mãe Luziana, meus irmãos Adalberto e Alessandra, meus sobrinhos Douglas, Evellin (*in memoriam*) e a Sophia, pela atmosfera de amor e carinho.

À Universidade Federal do Pará, por oferecer este Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, que faz crescer o conhecimento acadêmico sobre a violência e a criminalidade.

Ao Coordenador do Curso e Professor Doutor Edson Ramos, pela atenção e pela dedicação ao programa.

Ao meu orientador, professor Doutor Jaime Luiz Cunha de Souza, pela orientação, pela presença, pelo apoio e pela paciência na condução desta pesquisa.

Aos docentes do programa Silvia Almeida, Luís Cardoso, Wilson Barp, Silvia Canaan, Marcelo Galvão, e ao Corpo Técnico do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública.

Aos meus colegas de turma Abedolins, Alethea, Alexandra, Carlos, Cíntia, Deiva, Ismael, Julita, Maiara, Michele, Marcos, Roberto, Samara, Wendel e Willame, por terem dividido comigo tantos momentos de aprendizado.

À Polícia Militar do Pará, que através dos meus Comandantes me concedeu dispensa, quando necessário, para que eu pudesse cursar este Mestrado.

Ao Comandante da Rotam que permitiu a operacionalização desta pesquisa e às policiais militares que pertenceram ou pertencem à Rotam e que me concederam as entrevistas.

RESUMO

LOBATO, Regina Ferreira. Mulheres nas Forças Especiais: Batalhas Profissionais e Dramas Pessoais. 2017. 82 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2017.

Esta dissertação propõe-se a investigar as mulheres pertencentes à Polícia Militar e que fizeram ou fazem parte de uma tropa especial denominada Rotam. O escopo da pesquisa é captar a percepção das mulheres que fizeram parte da Rotam e que atualmente se encontram em outras unidades policiais, buscando compreender suas experiências nesta tropa especial, seu processo de ingresso e de aceitação neste ambiente tradicionalmente masculino. Buscou-se também examinar a relação entre trabalho e família, para entender como as policiais da Rotam vivenciam essa relação. A abordagem foi qualitativa; os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicam que, ao ingressarem na Rotam, as mulheres não perceberam diferença no tratamento dado a homens e mulheres, porque introjetaram os valores que norteiam o funcionamento da instituição, que são essencialmente masculinas; elas entraram nessa tropa pela admiração sentida por essa Unidade Policial. Foi possível constatar que apesar dos sacrifícios sentem-se satisfeitas quando conseguem conciliar a vida pessoal e a vida profissional.

Palavras-chave: Polícia. Rotam. Família.

ABSTRACT

LOBATO, Regina Ferreira. Women in Special Forces: Professional Battles and Personal Dramas. 2017. 82 f. Dissertation (Master in Public Security) - Graduate Program in Public Security, Federal University of Pará, Belém, Pará, 2017.

This dissertation proposes to investigate the women belonging to the Military Police and who have been or are part of a special troupe called Rotam. The scope of the research is to capture the perception of the women who were part of Rotam and who are currently in other police units, seeking to understand their experiences in this special troop, its process of entry and acceptance in this traditionally masculine environment. It was also sought to examine the relationship between work and family, to understand how the Rotam police officers experience this relationship. The approach was qualitative; the data were collected through semi-structured interviews. The results indicate that, when they entered Rotam, women did not notice a difference in the treatment given to men and women because they introjected the values that guide the functioning of the institution, which are essentially masculine; they entered this troop for the admiration felt by this Police Unit. It was possible to see that despite the sacrifices they feel satisfied when they can reconcile personal life and professional life.

Keywords: Police. Rotam. Family.

LISTA DE SIGLAS

BPCHQ	Batalhão de Polícia de Choque
BPOT	Batalhão de Polícia Tática
CIOE	Companhia Independente de Operações Especiais
CIPC	Companhia Independente de Policiamento com Cães
CIPFLU	Companhia Independente de Polícia Fluvial
CME	Comando de Missões Especiais
Graer	Grupamento Aéreo
PMPA	Polícia Militar do Estado do Pará
PPGSP	Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública
Rotam	Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas
RPMONT	Regimento de Polícia Montada
SIGPOL	Sistema Integrado de Polícia
SWAT	Special Weapons And Tactics
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Considerações Gerais.....	11
1.1 INTRODUÇÃO.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA.....	11
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.4 OBJETIVOS.....	16
1.4.1 Objetivo geral.....	16
1.4.2 Objetivos específicos.....	16
1.5 HIPÓTESE.....	17
1.6 REVISÃO DA LITERATURA.....	17
1.7 METODOLOGIA.....	20
Capítulo 2 – Artigos Científicos.....	22
2.1 Artigo Científico 1. O TRABALHO POLICIAL FEMININO NA ROTAM: DOS ENTRAVES AO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL.....	22
1 INTRODUÇÃO.....	22
2 AS MULHERES EM INSTITUIÇÕES POLICIAIS.....	23
3 A INSERÇÃO DAS MULHERES NA ROTAM.....	26
4 OS CONTORNOS DA ASSIMETRIA.....	31
5 CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
2.2 Artigo Científico 2. MULHERES POLICIAIS: FAMÍLIA E TRABALHO, UMA DIFÍCIL CONCILIAÇÃO.....	41
1 INTRODUÇÃO.....	42
2 SACRIFÍCIOS PARA EXERCER A PROFISSÃO.....	43
3 O FATOR SEGURANÇA PARA AS POLICIAIS DA ROTAM.....	46
4 O FATOR TEMPO PARA A POLICIAL DA ROTAM.....	51
5 CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
Capítulo 3 – Considerações Finais.....	59

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS.....	59
3.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1.....	64
APÊNDICES.....	67
APÊNDICE A– CARTILHA “POLICIAIS FEMININAS: RECOMENDAÇÕES BÁSICAS DO DIA A DIA”.....	68
APÊNDICE B– ROTEIRO DE ENTREVISTA DO ARTIGO CIENTÍFICO 1.....	78
APÊNDICE C– ROTEIRO DE ENTREVISTA DO ARTIGO CIENTÍFICO 2.....	79
ANEXOS.....	81
ANEXO A– CARTA DE ACEITE DO ARTIGO 1.....	82

Capítulo 1 – Considerações Gerais

1.1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, examinamos alguns aspectos da presença das mulheres na Polícia, principalmente nas forças especiais. Para Dodge, Valcore e Gomez (2011), homens e mulheres são atraídos para a profissão por motivos semelhantes: salário, benefícios, oportunidades de carreira e de segurança do trabalho. Além disso, o lado emocionante da profissão, representa um atrativo para ambos os sexos.

Como nas instituições policiais e militares há uma predominância masculina, as policiais enfrentam dificuldades para entrarem nesse espaço, tendo de superar estigmas e ultrapassar barreiras para então se firmarem nesse espaço profissional. Para Archbold e Schulz (2012), as mulheres passaram do ambiente do lar para o mercado de trabalho, o que implica uma série de questões complexas. De acordo com Marks (2008), o ressentimento dos policiais em relação a agentes mulheres da polícia parece ser um fenômeno universal.

Ni He, Jihong Zhao e Carol Archbold (2002) analisam as relações entre trabalho e família. Sua pesquisa confirma que a vida pessoal dos policiais é afetada pela natureza original do trabalho da polícia, que, por sua vez, faz com que os policiais percebam seu trabalho como mais estressante, psicologicamente e fisicamente. Assim, a vida profissional influencia a vida pessoal e vice-versa, pois estão intimamente vinculadas.

As mulheres tem se firmado no espaço policial, pois, atualmente, entende-se que, mesmo nas forças especiais, não se precisa apenas de força física; precisa-se antes de técnicas que facilitem a atuação policial. Para Leite (2013), a permanência da mulher nessas instituições apoia-se no argumento de que o treinamento oferecido pelas escolas de formação tem orientado os policiais a reduzir o uso da força bruta, substituindo-a por técnicas eficientes de contenção e defesa.

1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

Em várias partes do mundo, mas principalmente nos Estados Unidos da América e na Europa, existem estudos sobre a inserção de mulheres nas forças policiais, um espaço tradicionalmente considerado masculino, que tem sido gradativamente ocupado pela presença feminina. Para muitos pesquisadores, o ingresso e a permanência das mulheres na polícia são sempre acompanhados de muitas barreiras e de grandes esforços para superá-las.

Nos últimos anos, alguns estudos sobre a inserção das mulheres nas instituições policiais têm ganhado destaque por explicitarem essa dinâmica de muitas lutas e lentos avanços. Hickman,

Piquero e Greene (2000) analisam as desigualdades de gênero existentes na polícia, mostrando que as discriminações não são expostas abertamente, apesar de alguns casos terem chegado à mídia, notadamente os que implicam discriminação e assédio moral dos quais são vítimas as mulheres policiais. Para esses autores, o mito de que os policiais do sexo masculino são mais capazes e por isso mais fáceis de comandar ainda orienta implicitamente as cadeias de comando das instituições policiais.

Outros trabalhos, como os de Greene e Del Carmen (2002), abordam mais diretamente as questões relacionadas às relações de poder, além das barreiras físicas e culturais existentes entre os sexos. Os autores avaliam que não se pode negar que fisicamente as mulheres apresentam uma força física inferior à dos homens, mas, apesar disso, já conquistaram um espaço significativo, se forem levadas em consideração as limitações que experimentavam no passado. Argumentam que tais limitações não devem servir de pretexto para que se aceitem práticas discriminatórias comuns no espaço policial.

É modelar o trabalho de Collins (2004), que discute o problema do assédio sexual experimentado pelas mulheres policiais, praticado principalmente por seus colegas do sexo masculino. Para essa autora, o que mais impressiona é a falta de punição para tal comportamento nas instituições, o que não é de surpreender, pois, onde há a predominância masculina – comenta Collins –, as possibilidades de assédio e as ameaças são constantes. Tais ações – acrescenta – buscam induzir as mulheres vítimas a se envolverem em comportamentos sexuais; caso resistam às investidas de seus colegas de trabalho, as mulheres são ameaçadas de sofrer consequências pessoais e profissionais.

As análises de He, Zhao e Archbold (2002) sobre a diferença entre o estresse masculino e o feminino chamam a atenção para o fato de que as mulheres são mais propensas ao estresse do que os homens por sofrerem pressões maiores, tais como assédio, alienação, ansiedade e transbordamento das dificuldades no trabalho para as relações familiares. Portanto, a mulher é mais cobrada que o homem no ambiente familiar e ainda sofre mais pressões que os homens no ambiente de trabalho. Segundo He, Zhao e Archbold (2002), essas condições são cruciais para que as mulheres apresentem um quadro de estresse mais acentuado.

Perspectiva semelhante é encontrada nos trabalhos de Morash, Kwak e Haarr (2006), os quais chegam à conclusão de que o estresse feminino pode ser provocado por problemas nos locais de trabalho, na família e também pela falta de apoio institucional. Soma-se ainda a esses aspectos as questões raciais e de assédio sexual. Os autores concluem dizendo que, por esse motivo, as mulheres geralmente são mais estressadas que os homens.

Para Morash, Kwak e Haarr (2006), a falta do apoio social da família e dos outros policiais é

uma fonte especialmente importante de tensão para as mulheres, na medida em que, além dos problemas especificamente femininos no local de trabalho, eventualmente provocados pela rejeição por parte de outros policiais, as mulheres ainda enfrentam dificuldades na própria família.

Nos estudos de He, Zhao e Archbold (2002), a quarta maior fonte de estresse no trabalho policial está na relação entre trabalho e família. As pesquisas desses autores sobre a relação entre trabalho e família há mais de duas décadas já detectaram que a vida pessoal dos policiais é afetada pela natureza original do trabalho da polícia, que, por sua vez, faz com que eles percebam seu trabalho como mais estressante, psicologicamente e fisicamente.

Também são interessantes os trabalhos de Beck, Barko e Tatarenko (2003), os quais afirmam que, embora o ingresso da mulher na polícia já date de mais de 100 anos, tal presença ainda é vista pela sociedade como incomum, o que leva as mulheres a se tornarem mais propensas ao estresse e à insatisfação no trabalho, pois sua competência profissional é invariavelmente questionada com base na maternidade ou em outros aspectos físicos e psicológicos.

Segundo McCarty, Zhao e Garland (2007), por ser marginalizada na profissão policial, a mulher acaba desenvolvendo uma imagem negativa de si mesma e, por isso, além do estresse, pode ficar vulnerável à síndrome de Burnout, que consiste no estresse agravado, na modalidade mais demorada e persistente. Esses autores esclarecem que o estresse e a síndrome de Burnout são manifestados de forma diferente nos gêneros, sendo mais frequentes no sexo feminino, pelo fato de as mulheres sofrerem uma pressão muito maior que os homens. Ainda em relação à síndrome de Burnout, McCarty (2013) considera que o acesso da mulher à carreira policial nunca foi sinal de igualdade e que a desigualdade intrinsecamente presente na instituição policial causa desconforto nas mulheres, devido à predominância de referenciais masculinos.

Novak, Brown e Frank (2011) ressaltam em seus estudos que, embora as mulheres desenvolvam funções formalmente semelhantes às dos policiais do sexo masculino, o olhar do cidadão é sempre de inferioridade em relação às mulheres; elas são marginalizadas dentro das instituições policiais por serem consideradas menos propensas a prenderem, o que faz seus próprios companheiros de trabalho do sexo masculino construírem uma imagem negativa dessa atuação.

Em perspectiva similar, Archibold e Schulz (2012) afirmam que as questões de gênero e a discriminação sempre foram elementos marcantes nas relações policiais. Para fundamentar sua afirmação, demonstram que as mulheres tiveram papéis secundários na polícia por um longo tempo, e só em décadas recentes passaram a assumir a função de patrulhamento. Basilar para essa discussão é o trabalho de Marks (2008), que resalta que as mulheres demoraram para participar das tarefas operacionais porque dependem não somente da aprovação de seus companheiros e do apoio familiar, mas também da construção de sua credibilidade.

Contribuindo para a compreensão da atuação das mulheres no trabalho policial, Mandel (2013) enfatiza que elas seriam menos favoráveis à utilização da arma Taser¹ e mais favoráveis à reabilitação dos infratores.

Além de ocuparem o espaço profissional no corpo policial comum, as mulheres forçaram sua entrada nos espaços considerados de elite dentro da polícia. Dodge, Valcore e Gomez (2011) descrevem as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na SWAT², ao mesmo tempo que salientam a falta de estudos sobre essas mulheres em forças especializadas.

O espaço policial militar é tradicionalmente masculino, regulado por normas e regras bem definidas e marcado por um sistema hierárquico que segue uma disciplina rígida. As mulheres que ingressaram na polícia precisam masculinizar-se para manter-se nesse ambiente, como se houvesse a intenção deliberada de assexuá-las ou de minimizar os signos usuais de sua feminilidade (SOARES; MUSUMECI, 2005). A inserção feminina parece não ter sido ainda plenamente otimizada pela corporação, tampouco pelas demais entidades responsáveis pela segurança pública; da mesma forma, tem despertado relativamente pouco interesse dos estudiosos e feito surgir um número restrito de trabalhos sobre o tema no Brasil. Daí a relevância desta pesquisa, na medida em que permitirá uma melhor compreensão do cotidiano das mulheres policiais e principalmente daquelas que fazem parte das chamadas Forças Especiais.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

O século XX foi marcado pela gradativa conquista, pelas mulheres, de espaços que antes eram hegemonicamente masculinos. Um dos símbolos dessa conquista é a crescente participação das mulheres nas Forças Armadas e nas instituições policiais. Segundo Archbold e Schulz (2012), as mulheres têm participado do policiamento municipal nos Estados Unidos desde a década de 70 do século XIX, quando um pequeno número delas assistia seus maridos, que eram os xerifes eleitos de seus municípios. Desde então, as mulheres têm cumprido principalmente papéis de auxiliares, fiscalizadoras de outras mulheres e de jovens. De acordo com os mesmos autores, a entrada formal das mulheres no policiamento começou timidamente em 1890 e ficou mais forte no início do século

¹ A Taser possui um mecanismo de disparo similar ao das armas de ar comprimido. Assim que se pressiona o gatilho, a arma aciona um cartucho de gás nitrogênio, que se expande e gera pressão para que eletrodos sejam lançados na direção desejada. Esses eletrodos estão ligados à arma por fios condutores isolados e possuem ganchos que facilmente agarram nas roupas. Basta os eletrodos se prenderem para que a corrente elétrica seja transferida dos fios ao agressor. Os impulsos elétricos transmitidos são da ordem de 50.000 volts e afetam o sistema nervoso central do indivíduo, prontamente imobilizando-o, fazendo com que ele fique na posição fetal.

² Swat é um acrônimo em inglês para **Special Weapons And Tactics** (Armas e Táticas Especiais). É o nome dado a uma unidade de polícia altamente especializada nos departamentos das grandes cidades.

XX, sendo em princípio nomeadas como matronas³ para cuidar de mulheres e crianças sob a custódia da polícia.

Para Dick e Nadin (2006), as mulheres foram atraídas para as profissões masculinas principalmente em decorrência das duas guerras mundiais, mas enfrentam barreiras sociais e familiares, pois precisam superar a desaprovação da sociedade e da própria família para ingressar na vida militar. Além de estarem sujeitas às desvantagens que sempre lhes são impostas por simplesmente serem mulheres e de terem de vencer o desafio de serem mulheres profissionais e mães, também precisam firmar-se em um espaço onde frequentemente são marginalizadas devido às relações de poder e à existência de papéis solidamente estabelecidos.

Uma das maiores dificuldades para a inserção das mulheres na profissão policial e deve-se ao discurso conservador segundo o qual suas atividades deveriam estar essencialmente voltadas para o lar, para o casamento e para a maternidade. Dick e Nadin (2006) mostram que as mulheres são alvo de um discurso conservador fundado em relações de gênero assimétricas, em que a posição de “boa mãe” é construída como um valor em si, o que as induz a priorizar sua família acima de qualquer outra aspiração pessoal. Para os mesmos autores, as mulheres enfrentam barreiras impostas pelos colegas de trabalhos, assim como seus familiares e amigos, os quais reforçavam a ideia de que a carreira militar era um trabalho impróprio para as mulheres.

Calazans (2004) esclarece que o Estado de São Paulo foi pioneiro na inserção feminina nos quadros da polícia, no ano de 1955; no Estado do Pará, a entrada das mulheres nas forças policiais aconteceu apenas em 1982. A autora ressalta que, no primeiro momento de sua inserção na polícia brasileira, as mulheres tinham como missão o trato com crianças, idosos, trânsito, escolas e aeroportos; também fazia parte de suas atribuições lidarem com menores delinquentes ou abandonados e com mulheres envolvidas em delitos penais. Para Soares e Musumeci (2005), havia o desejo de humanizar a imagem da polícia após a ditadura militar.

Por sua vez, Dodge, Valcore e Gomez (2011, p. 700) esclarecem que “as mulheres eram vistas como marginais em ocupações de aplicação da lei por causa de crenças de que o policiamento requer habilidades ‘viris’, tais como força, agressão e bravura”. No mesmo sentido, são as elucidações feitas por Leite (2013), para quem as mulheres começam na polícia ocupando um lugar secundário, desempenhando papéis diferentes dos homens, mais ligados às crianças, aos idosos, a outras mulheres e à parte administrativa, pois as instituições policiais acreditavam que a função de combatente não era adequada para elas. Ainda de acordo com Leite (2013), as dificuldades encontradas pelas mulheres na busca por espaços na profissão policial sempre estiveram ligadas a

³ Matrona: mulher idosa e respeitável, voltada para o lar.

um discurso que lhe atribui uma suposta predisposição para assumir papéis, como, por exemplo, a maternidade, o que levaria – segundo a autora – a certa acomodação das mulheres em funções administrativas. Em razão do preconceito que experimentam, muitas acabam incorporando a ideia de que já é um grande feito terem conseguido uma carreira, uma profissão e um espaço na polícia. Nesse sentido, comenta Leite (2013, p. 21) que “a presença feminina, nas instituições militares sempre foi pautada no discurso de que a mulher é ‘frágil’, portanto, não são compatíveis [sic] a assumir posição de militar”.

Se a história das mulheres nas instituições policiais é marcada pela discriminação, as barreiras que marcam sua inserção tornam-se ainda mais fortes e evidentes quando o espaço pleiteado é nas chamadas Forças Especiais, consideradas a elite da polícia. Embora o ingresso de mulheres nas Forças Especiais nos últimos anos seja considerado um fenômeno importante, pois pressupõe uma quebra de paradigmas de décadas e uma espécie de reconfiguração dos papéis de gênero nas instituições policiais, muitas dificuldades da trajetória inicial das mulheres na polícia ainda continuam presentes.

Diante do exposto, nossa proposta de pesquisa tem como foco investigar a relação entre a marginalização dissimulada das mulheres que ingressam na polícia, particularmente nas forças especiais, e sua motivação profissional para seguir carreira na instituição.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Explicitar os fatores que interferem na motivação profissional das mulheres que pertencem às tropas especiais da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA).

1.4.2 Objetivos específicos

Compreender a influência das questões de gênero na avaliação do desempenho das mulheres nas Forças Especiais na PMPA.

Esclarecer a relação entre discriminação de gênero na polícia e sofrimento para as mulheres das tropas especiais da PMPA.

Analisar os reflexos do pertencimento às tropas especiais nas relações familiares das mulheres na PMPA.

1.5 HIPÓTESE

A motivação profissional das mulheres que pertencem às tropas especiais é seriamente afetada pela rede de relações internas e externas à instituição, as quais podem facilitar-lhes ou dificultar-lhes as condições de trabalho e a permanência na tropa.

1.6 REVISÃO DA LITERATURA

Como um dos suportes teóricos da pesquisa, utilizaremos os trabalhos de Cowen e Siciliano (2011), os quais discutem a questão da masculinidade nas Forças Armadas, destacando a imagem agressiva e o caráter depreciativo atribuído aos negros e pobres, que acabam criminalizados, por sua herança étnica e sua condição social.

Outro suporte igualmente importante será o trabalho de McMichael (2015), principalmente quando discute a combinação de poder de guerra, política e processos de pacificação, mostrando a administração do Estado por meio das forças policiais. Essa perspectiva levar-nos-á a discutir com propriedade os supostos processos de pacificação por meio da polícia, da repressão, da proteção, da punição e da exclusão.

Para discutir especificamente a questão das Forças Especiais, será fundamental o trabalho de Girodo (2007) a respeito das equipes da SWAT e de outros grupos especializados em situações de alto risco e de policiamento estratégico. Igualmente importante para a abordagem que pretendemos fazer será o trabalho de Dodge, Valcore e Gomez (2011) sobre a baixa taxa de participação dos agentes do sexo feminino na SWAT em razão da rejeição dos homens, que têm dificuldades para aceitar a participação das mulheres por considerarem ser um trabalho caracteristicamente masculino. Ainda como suporte para a análise desse aspecto, utilizaremos os resultados das pesquisas feitas por Archbold e Schulz (2012), que discorrem sobre as dificuldades iniciais de aceitação das mulheres como membros da SWAT e sobre o preconceito que elas ainda hoje experimentam devido à crença de que não têm a força física nem a habilidade necessária para cumprir as atribuições de um policial. Um complemento fundamental para essa discussão serão as reflexões feitas por Dodge, Valcore e Gomez (2011) sobre a interação de gênero e sexo em equipes da SWAT nas quais as mulheres sempre foram colocadas em posições secundárias nas ações de aplicação da lei, por acreditar-se que o policiamento requer habilidades “viris”, tais como força, agressão e bravura, que supostamente não fazem parte do universo feminino. Serão igualmente de grande ajuda as discussões de Dodge, Valcore e Gomez (2011) sobre as razões pelas quais poucas

mulheres se interessam em participar de equipes de SWAT e sobre o isolamento a que são submetidas com suas transferências para outras tarefas, distantes da chamada “linha de frente”. Outro aspecto do trabalho dessas autoras no qual apoiaremos nossa pesquisa diz respeito à discussão sobre a disseminação do preconceito de que mesmo as mulheres que estão na linha de frente em algum momento não suportam a pressão das áreas mais operacionais e acabam migrando para as atividades administrativas.

Para tratar especificamente de tropas especiais brasileiras, recorreremos aos trabalhos de Larkins (2013), principalmente as suas considerações sobre os maiores grupos especiais: a Rota, de São Paulo, e o Bope, do Rio de Janeiro. Criados na época do regime militar com a função de controlar dissidentes políticos e supostos subversivos, tornaram-se os precursores dos grupos de tropas especiais que posteriormente se formaram em nosso país.

Na tentativa de encontrar semelhanças e diferenças entre as forças especiais brasileiras e as de outros países e principalmente de explicitar a presença de mulheres nesses contingentes policiais, buscaremos *insights* no trabalho de Phillips (2014), que analisa a participação das mulheres policiais na Maidan⁴. Os estudos de Marks (2008) sobre a evolução da participação das mulheres em unidades especializadas também servirão de suporte para nossa investigação. Importantes na fase da discussão certamente serão as pesquisas sobre ascensão profissional, de Archbold e Schulz (2012) e de Marks (2008), que abordam a questão do papel secundário destinado às mulheres na polícia e de sua lenta chegada às funções de policiamento. De acordo com Archbold e Schulz (2012), as mulheres são tão competentes em patrulha quanto os oficiais do sexo masculino e realizam seu trabalho de uma forma semelhante à de seus colegas. Para Marks (2008), o ressentimento de parte dos policiais em relação às agentes de polícia do sexo feminino parece ser um fenômeno universal que constitui um desafio para o princípio da autoridade, principalmente para os homens que precisam trabalhar com as mulheres, estando eles subordinados hierarquicamente a elas.

Temos a intenção de abordar aspectos dos treinamentos a que são submetidos os policiais que fazem parte das Forças Especiais. Para isso, buscaremos inspiração no trabalho de Tanner (2015), que chama a atenção para a existência de crueldade, incluindo os maus-tratos ou negligências, dor física e sofrimento psíquico. Tal referência é importante principalmente para demonstrar que, no treinamento das Forças Especiais, os policiais sofrem maus-tratos, em especial as mulheres, que são testadas até o limite para que desistam e curvem-se diante de sua inferioridade

⁴ Protestos políticos em Kiev e outras cidades da Ucrânia tornaram-se conhecidos como “Maidan” (praça). Foram promovidos por um grande número de cidadãos que lutavam para derrubar o presidente corrupto e desacreditado Viktor Yanukovich e sua administração.

física em relação aos homens.

Sobre as condições laborais enfrentadas pelas mulheres, teremos como parâmetro o trabalho de Pouliakas e Theodossiou (2013) no que diz respeito à suscetibilidade das mulheres às doenças relacionadas ao trabalho. Ajudar-nos-ão a compor essa abordagem as discussões levadas a efeito por Dick e Nadin (2006), que tratam da forma como as mulheres são atraídas para as profissões masculinas, principalmente em decorrência das duas guerras mundiais, e das barreiras sociais e familiares que tiveram de enfrentar para ingressar na vida militar. Para o nosso trabalho, são especialmente importantes as considerações desses autores sobre os desafios de ser mulher, mãe, profissional e construir uma carreira e um espaço profissional onde historicamente as mulheres têm sido marginalizadas e onde as relações de poder e os papéis estabelecidos conspiram para colocá-las em uma situação de desvantagem. A abordagem da questão familiar também será feita tomando como referência as pesquisas de Siemens (2012), sobretudo o vínculo que ele identifica entre as doenças enfrentadas por mulheres, o seu ambiente familiar e suas condições de trabalho. Especificamente sobre o sofrimento psíquico, também será de grande valor o trabalho de Greene e Del Carmen (2002).

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas pelas mulheres na polícia em função dos estereótipos cultivados pela instituição, terão destaque as discussões feitas por Dick e Nadin (2006), que examinam os entraves para a inserção de mulheres na profissão militar decorrentes dos discursos conservadores que consideram a mulher um ser destinado às atividades domésticas, ao casamento e à maternidade. Esses autores mostram que as mulheres são alvo de discursos ultrapassados que tentam garantir a assimetria nas relações de gênero, o que faz com que a condição de “boa mãe” torne-se um valor capaz de se sobrepor a todas as demais prioridades, levando a mulher a incorporar a ideia de que a atividade de cuidar da família está acima de qualquer aspiração profissional. Ressaltando os dilemas vividos pela mulher e sua relação com a condição profissional e familiar, os autores comentam que é difícil enfrentar as barreiras impostas pelos colegas de trabalho, assim como os julgamentos, feitos por amigos e familiares, que reforçam a ideia de que a atividade policial é um trabalho impróprio para as mulheres.

Também nos ajudarão nessa discussão os trabalhos de Morash, Kwak e Haarr (2006), que tratam dos problemas no local de trabalho específico para as mulheres e do estresse a partir das diferenças de gênero. Desses autores, ainda nos serão bastante úteis suas análises do apoio social da família e dos demais policiais como fonte especialmente importante da tensão para as mulheres no local de trabalho. Da mesma forma, daremos destaque aos estudos de He, Zhao e Archbold (2002), para quem, entre as maiores fontes de estresse no trabalho policial, estão as relações dentro do próprio trabalho e na família. Interessa-nos sobretudo o que dizem esses autores sobre os reflexos

negativos da natureza original do trabalho da polícia tanto na vida pessoal dos policiais, quanto em suas vidas profissionais.

Sobre a questão do recrutamento de mulheres para a polícia, servir-nos-ão como inspiração, entre outros, os trabalhos de Aremu e Adeyoju (2003), que constatam que o fato de poucas mulheres se mostrarem interessadas por essa profissão deve-se à crença de que a carreira policial é boa para os homens e não para as mulheres, em razão dos riscos que supostamente representa para a instituição do casamento.

1.7 METODOLOGIA

A pesquisa focalizou as experiências de mulheres da Polícia Militar do Estado do Pará, que fazem parte das forças policiais especiais. Vários trabalhos abordando a temática relativa a mulheres na polícia já foram publicados nos últimos anos, como os de Hickman, Piquero e Greene (2000), Greene e Del Carmen (2002), He, Zhao e Archbold (2002), Aremu e Adeyoju (2003), Beck, Barko e Tatarenko (2003), Collins (2004), Morash, Kwak e Haarr (2006), Novak, Brown e Frank (2011) e McCarty (2013).

Os sujeitos da pesquisa são mulheres lotadas na tropa especial denominada Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam), que faz parte do Comando de Missões Especiais (CME). A escolha dessa unidade como objeto de investigação deve-se ao fato de que, entre as tropas especiais da PMPA, é aí que se encontra o maior número de mulheres, sendo cinco na atividade administrativa e cinco em atividades operacionais. Das mulheres que compõem atualmente o efetivo da Rotam, foram entrevistadas tanto aquelas que trabalham na atividade operacional quanto as do setor administrativo, que frequentemente desempenham também atividades operacionais. Além das oito mulheres lotadas atualmente na Rotam, foram entrevistadas as que pertenceram ao efetivo operacional e não estão mais servindo nessa unidade – seis policiais – , as quais atualmente pertencem a outros segmentos da PMPA.

Já existem diversos trabalhos feitos sobre mulheres em tropas especiais, notadamente em outros países, como, por exemplo, os de Girodo (2007), Marks (2008), Cowen e Siciliano (2011), Dodge, Valcore e Gomez (2011), Rosander e Guva (2012), Archbold e Schulz (2012), Larkins (2013), Mandel (2013), Phillips (2014), McMichael (2015) e Hirschfield (2015).

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, como foi feito no trabalho de Beck, Barko e Tatarenko (2003). Consideramos essa abordagem a que melhor se adapta a nossa pesquisa porque, como nos explica Chizzotti (2011), é a que permite ao pesquisador e aos pesquisados assumirem voluntariamente uma posição reativa e a que lida melhor com o fato de que o objeto não é um dado

neutro e, portanto, precisa ser interpretado e reavaliado pelo pesquisador. Tais características são importantes em nossa pesquisa para captarmos o sentido das falas das interlocutoras, que, de acordo com Alves-Mazzotti (2001), são impregnadas de sentimentos, valores e comportamentos que têm sempre um sentido que não é conhecido imediatamente, mas precisa ser desvelado. Outro fator que nos fez optar por essa abordagem foi a flexibilidade, destacada por Silva e Menezes (2005) como de extrema importância tanto para a coleta quanto para a interpretação dos dados coletados.

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada que, pela sua versatilidade, permite, segundo Silva e Menezes (2005), o aprofundamento das questões relevantes, ao mesmo tempo que possibilita ao pesquisador explorar amplamente mais questões, de acordo com o que considerar relevante. Tal instrumento de coleta de dados mostrou-se eficaz no trabalho realizado por Beck, Barko e Tatarenko (2003), em que as mulheres foram questionadas sobre seu próprio trabalho e sobre suas opiniões e papéis dentro da polícia.

Capítulo 2 – Artigos Científicos

2.1 Artigo Científico 1

O TRABALHO POLICIAL FEMININO NA ROTAM: DOS ENTRAVES AO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL

Regina Ferreira Lobato⁵
Jaime Luiz Cunha de Souza⁶

Resumo

O texto discute a atuação de mulheres da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) nas unidades denominadas tropas especiais. O escopo da pesquisa é captar a percepção que as mulheres têm de suas experiências como membros das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam), tropa de elite da PMPA. A abordagem é qualitativa, os sujeitos são mulheres que atuaram nessa tropa, mas já a deixaram. Os resultados indicam que as mulheres entraram na Rotam movidas pela admiração que sentiam por essa Unidade ou atendendo a um convite para atuarem no setor administrativo. Elas manifestaram não ter percebido nenhuma distinção entre as atividades realizadas por homens ou por mulheres e acreditam que gozavam da confiança dos companheiros de trabalho do sexo masculino; também afirmam não terem sofrido qualquer tipo de assédio. As entrelinhas de suas falas, no entanto, indicam o contrário, seja pelas funções que efetivamente desempenharam, seja pela forma como, em alguns casos, consideraram natural o assédio.

Palavras-chave: Polícia. Mulheres. Rotam. Assimetria. Assédio.

Abstract

The text discusses the women's role in the Military Police of the State of Pará – PMPA in the unit called Special Troops. The scope of the research is the women's perception towards their experiences as members of the Metropolitan Tactical Round (Rotam), the PMPA elite troop. The approach is qualitative, the subjects are women who took part in this troop, but who do not belong to it anymore. The results indicate that women have joined the Rotam touched by the admiration that they felt for this Unit, or to answer to invitation to work in the administrative sector. They have declared that they did not notice differences in the activities done by men or by women, and they believe that they had confidence from their male colleagues; they also have affirmed that they have not suffered any kind of harassment. In between the lines, however, their speeches affirm the opposite, either for the functions which they carried out effectively, or by the way some cases of harassment were considered as natural.

Key-words: Police. Women. Rotam. Asymmetry. Harassment.

1 INTRODUÇÃO

⁵ Mestranda em Segurança Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

⁶ Doutor em Ciências Sociais, professor do PPGSP, da UFPA. E-mail: jaimecunha@ufpa.br.

A tropa especial denominada Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam) foi criada por meio do Decreto Estadual n.º 4.560, de 27 de março de 2001, e desde então passou a fazer parte do Comando de Missões Especiais (CME) da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). A qualificação de “tropas especiais” é atribuída às unidades militares que têm treinamento e atuação diferenciados daqueles a que estão submetidas as tropas regulares. Entre as especificidades que as caracterizam, está a adoção de um programa de treinamento e capacitação contínua voltado para a intervenção em situações de maior complexidade, para as quais os recursos humanos, o treinamento e os equipamentos disponíveis no policiamento comum não são suficientes.

O ingresso de mulheres nessa unidade ocorreu desde a sua criação. Inicialmente foi incorporado um número pequeno de mulheres, apenas três, selecionadas a partir do treinamento básico eliminatório conhecido entre os policiais militares daquela unidade como “nivelamento”. Após o período inicial relativo ao nivelamento, uma das mulheres que havia sido aprovada retornou à sua unidade de origem e as outras duas foram incorporadas ao efetivo da Rotam.

Neste texto, analisa-se a experiência das mulheres policiais que trabalharam na Rotam, mas atualmente não fazem parte dessa tropa. O objetivo é apreender alguns elementos relevantes de suas vivências profissionais durante o tempo em que fizeram parte daquela unidade especial. A abordagem é qualitativa, e o grupo de sujeitos que foram objeto desta investigação é composto por seis mulheres, todas com passagem pelos quadros da Rotam; a coleta de dados realizou-se por meio de entrevistas semiestruturadas; a identidade das entrevistadas foi preservada, sendo sua identificação feita somente por meio da letra R (de Rotam), seguida de um algarismo arábico, cuja sequência obedece ao critério de antiguidade adotado nas instituições policiais militares.

A apresentação do tema está organizada em três momentos distintos, porém interconectados: inicialmente, faz-se uma síntese das discussões a respeito dos primórdios da participação das mulheres em instituições policiais e dos desafios progressivamente superados na tentativa de fazer das instituições policiais um espaço onde também as mulheres pudessem construir sua carreira profissional; em seguida, abordam-se as peculiaridades relativas ao ingresso de mulheres na Rotam e sua adaptação à rotina de uma tropa especializada; posteriormente, analisam-se os efeitos da carga adicional de tensões das vidas profissional e particular sobre a policial feminina que pertence a uma tropa de elite e suas consequências para sua saúde física, mental e sua vida familiar.

2 AS MULHERES EM INSTITUIÇÕES POLICIAIS

A inserção das mulheres nas instituições policiais é resultado de um processo de conquista de espaços que começa com a progressiva desconstrução dos estereótipos que tradicionalmente

colocavam os afazeres domésticos como sua principal e supostamente natural vocação; foi longa e árdua a luta pelo direito a uma carreira profissional fora do ambiente doméstico. Em um primeiro momento, esses novos espaços significavam basicamente oportunidades para realizar atividades que guardavam semelhanças com as funções domésticas, tanto é assim que os primeiros postos de trabalho, como professoras e enfermeiras, estavam ligados às atividades do magistério e da área da saúde, respectivamente. Essas atividades, em princípio, não desvinculavam definitivamente as mulheres do estereótipo da mãe de família e da dona de casa, pois, mesmo trabalhando fora, as tarefas continuavam parecidas com aquelas que exerciam dentro de seu próprio lar. A urbanização, a industrialização, guerras e diversos outros eventos pouco a pouco foram alargando os espaços de inserção profissional das mulheres (BÉRUBÉ, 2010; GOLDSTEIN, 2003; MILKMAN, 1987), sem, contudo, valorizar o trabalho por elas realizado em condições de igualdade com os homens, situação que perdura até os dias atuais (BATISTA; CACCIAMALI, 2009; BRUSCHINI, 2007; GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005; SCOTT, 1990). Lenta mas progressivamente, as mulheres desbravaram novos horizontes e, a partir da segunda metade do século XX, conseguiram consolidar espaços e formas de acesso a novas carreiras nas quais podiam desempenhar papéis diferentes daqueles exercidos no ambiente doméstico. É no curso dessas lutas, com o objetivo de superar a estreiteza dos espaços sociais que lhes estavam reservados em decorrência dos estereótipos sociais que insistiam em situá-las dentro ou perto do ambiente doméstico, que as mulheres alcançaram as fronteiras profissionais historicamente reservadas aos homens, entre as quais as carreiras nas instituições militares e policiais.

Entretanto, o acesso às novas carreiras não eliminou completamente a carga de preconceitos, nem fez desaparecer os estereótipos relacionados à sua suposta predisposição natural para determinadas atividades. Marks (2008), ao comentar a inserção das mulheres nas organizações policiais norte-americanas, mostra que elas tradicionalmente foram vistas pelos membros masculinos dessas instituições como intrusas, pois estariam em um trabalho inadequado para o sexo feminino, em razão da sua suposta fragilidade física, de seu comportamento condicionado por ritmos biológicos e da necessidade de preservá-las para a função que lhes teriam reservado a natureza e a sociedade: a procriação. Como as instituições policiais eram um espaço hegemonicamente masculino, mesmo quando admitidas, as mulheres tornavam-se profissionalmente marginalizadas na medida em que lhes eram destinadas apenas funções no setor administrativo.

O estudo de Leite (2013) sobre a inserção das mulheres nas polícias brasileiras mostra que as mesmas limitações e dificuldades de aceitação profissional encontradas por Marks (2008) também ocorreram no Brasil. Por causa da tradição machista brasileira, impregnada nas instituições,

quando se admitiu a entrada das mulheres, logo se tratou de designar-lhes como função tarefas como prestar informações à população, atender a crianças, idosos e mulheres. Assim, implicitamente, manteve-se a concepção de reservar-lhes um papel secundário que as colocasse em conexão com sua suposta vocação natural para o atendimento e a proteção dos mais frágeis; aos homens estaria destinada a atuação nas situações em que fosse necessário demonstrar força física, coragem e outros atributos equivocadamente concebidos como próprios da condição masculina. Dessa maneira – complementa Leite (2013) –, estabeleceu-se uma espécie de divisão do trabalho policial baseado no gênero: o trabalho dos homens estava vinculado ao perigo, o que gerava modificações significativas na formação profissional, como um treinamento rigoroso e exaustivo fisicamente e a adoção do princípio da obediência e do respeito à hierarquia como um valor a ser preservado acima de qualquer outro; já o trabalho feminino devia ser exercido preferencialmente distante das situações de maior perigo. Para as mulheres, ainda que pertencessem ao mesmo ambiente institucional dos homens, manteve-se a percepção estereotipada atrelada à imagem de fragilidade, incompatível com aquilo que era considerado o verdadeiro trabalho policial, era atribuído a elas o papel de humanizar a instituição (BRAGA, 2015).

Assim, mesmo aceitas na profissão policial, as condições e oportunidades das mulheres continuaram profundamente desiguais em relação aos homens. Era como se a sombra da dona de casa tivesse continuado o tempo todo presente, lembrando que atender às necessidades de cuidados da família era sua verdadeira vocação (DICK; NADIN, 2006). Em oposição a esse tipo de narrativa – comentam Dick e Nadin (2006) –, fortaleceu-se progressivamente o discurso segundo o qual as mulheres são cidadãos que devem ter os mesmos direitos que os homens. Dodge, Valcore e Gomez (2011), ao discutir os estereótipos que envolvem as mulheres nas instituições policiais, mostram que, apesar dos avanços no sentido de reconhecê-las como um cidadão completo, em igualdade de condições, permanece o fato cuja evidência, embora frequentemente negada, impõe-se como uma obviedade: a mulher é obrigada a provar diariamente que possui capacidade igual à de qualquer outro policial, como se sua condição normal fosse a inaptidão para desempenhar o trabalho policial com eficiência.

Uma vez que se tornou impossível impedir que as mulheres pleiteassem o acesso aos postos de trabalho na polícia, tratou-se de construir uma série de discursos reproduzidos dentro e fora da instituição com o objetivo de mantê-las em funções administrativas ou de menor prestígio, o que, na verdade, era apenas uma maneira velada de conservar os mesmos estereótipos de sempre. De acordo com Carvalho (1997), os discursos das instituições policiais e militares privilegiam princípios e valores que reafirmam as diferenças entre homens e mulheres e a assimetria das relações de gênero nas instituições. A autora acrescenta que a entrada de mulheres para as Forças Armadas – e nós

diríamos que o mesmo fenômeno ocorreu com sua inserção nas instituições policiais – abriu um espaço novo de atuação feminina, porém de forma contraditória, pois, ao mesmo tempo que se permitiu sua entrada, negou-se-lhes, explícita ou implicitamente, a igualdade de oportunidades. Essa limitação é atestada, por exemplo, pelo fato de que os contingentes de mulheres nas polícias, mesmo nos países ricos, situam-se em uma faixa que varia entre dez e treze por cento do contingente total de policiais (CALAZANS, 2004; CONCEIÇÃO, 2013; JAIME, 2011).

Ao examinar essa questão, Hickman, Piquero e Greene (2000) esclarecem que a discriminação que ocorre nas instituições policiais é quase sempre velada e visa esconder a preferência pela presença de homens, devido à crença, ainda muito presente, de que eles desempenham com maior eficiência seu papel de policial e de que é mais fácil comandá-los do que comandar as mulheres. Nesse sentido, se, por um lado, o acesso das mulheres às instituições policiais como espaço profissional a ser ocupado é uma conquista inquestionável, por outro lado, torna-se evidente que sua simples aceitação nas instituições não lhes permitiu o reconhecimento profissional em condições de igualdade. Essa luta é travada diariamente por aquelas que escolheram a atividade policial para construir sua carreira e realizar-se profissionalmente.

3 A INSERÇÃO DAS MULHERES NA ROTAM

Embora já tenham transcorrido algumas décadas desde a entrada das primeiras mulheres nas forças policiais, muitos obstáculos ao seu pleno desenvolvimento profissional ainda estão presentes na maioria das instituições desse tipo, mesmo nos países considerados desenvolvidos economicamente. Um dos sintomas dessa integração é o fato de sua presença no serviço policial ainda ser quantitativamente muito menor que a presença masculina. Beck, Barko e Tatarenko (2003) ressaltam que, apesar das desconfianças, as mulheres têm-se mostrado tão competentes quanto os homens nas diferentes esferas policiais, o que inclui as atividades de patrulha e a participação em confrontos violentos. Tem sido cada vez mais frequente a disposição das mulheres para assumir posições de protagonismo e competir pelas posições reconhecidas social e institucionalmente como de maior destaque.

É no âmbito das expectativas de reconhecimento e de protagonismo profissional que as mulheres passaram a almejar o ingresso nos grupos de elite das instituições policiais. Esse tipo de pertencimento traz a possibilidade de mudanças significativas na forma como o policial é percebido tanto por seus pares dentro da instituição quanto fora, na sociedade mais ampla. Esse aspecto tornou-se especialmente atrativo para algumas mulheres policiais que passaram a desejar pertencer às tropas de elite com o intuito de adquirir os dividendos simbólicos que o pertencimento a esse tipo

de Unidade possibilita. A fala da entrevistada R5⁷ é esclarecedora a esse respeito:

[...] em primeiro lugar, o que me fez voltar os olhos, querer ir pra Rotam foi em busca de conhecimento [...] encontrei sim muitos desafios pra ficar nessa Unidade, já que é uma Unidade particularmente conhecida por ser masculinizada, mas fiz o nivelamento e consegui ter um êxito, bom êxito e incorporei na tropa e hoje me sinto privilegiada de ter feito parte dessa tropa [...].

A fala dessa policial sugere que pertencer à Rotam não significou para ela a conquista de um simples emprego; representou, acima de tudo, uma necessidade de ocupar todos os espaços possíveis dentro da instituição mesmo que isso acarretasse uma dose adicional de sacrifícios. A satisfação de enfrentar e de vencer os desafios impostos para poder fazer parte da Unidade parece exercer simultaneamente um encantamento e uma batalha, ao mesmo tempo profissional e pessoal. Descobrir-se capaz de superar as dificuldades impostas pelas peculiaridades de atuação de uma tropa de elite, e ser reconhecida por isso, tem um efeito poderoso sobre a autoestima da policial e incute-lhe o sentimento de pertencer a uma espécie de casta diferenciada de policiais, o que em alguma medida lhe dá a sensação de ser dona de seu próprio destino (CALAZANS, 2004). O mesmo sentido de admiração, superação e busca por reconhecimento também pode ser depreendido da fala da entrevistada R6⁸:

[...] sempre admirei o serviço prestado à sociedade por este Batalhão e, quando ingressei na PM, a vontade de ingressar na Rotam foi imensa. As dificuldades que tive creio que foram naturais e me fizeram valorizar ainda mais a Unidade. Tive dificuldades financeiras [...], problemas sentimentais relacionados à família. Porém tudo administrado e superado à medida que o tempo ia passando e Deus colocou as coisas no lugar [...].

O fato de tropas especiais como a Rotam serem mais conhecidas pelo emprego do uso da força, mas, ao mesmo tempo, reconhecidamente, precisarem lidar com questões de maior complexidade oferece às mulheres uma oportunidade diferenciada de atuação, na medida em que, pelo menos em tese, possibilitam uma atuação mais estratégica e mais tecnicamente aperfeiçoada de acordo com as concepções de policiamento mais difundidas e reconhecidas atualmente. Para Calazans (2004), o trabalho policial contemporâneo, em razão da complexidade dos conflitos sociais que irrompem basicamente em todas as dimensões da sociedade, desloca-se em uma margem cada vez mais restrita de legitimidade do uso da força, o que torna o emprego correto das técnicas e a precisão das intervenções habilidades a serem aprimoradas diariamente. Essa mudança da centralidade da força para a centralidade da técnica no trabalho policial, de certa forma, surgiu como uma possibilidade e até mesmo como uma oportunidade de maior projeção do trabalho

⁷ Cabo da Polícia Militar do Pará, há oito anos e seis meses na PMPA, trabalhou de 2013 a 2014 na Rotam, na parte operacional.

⁸ Cabo da Polícia Militar do Pará, há sete anos na PMPA, trabalhou de 2011 a 2013 na Rotam, na parte operacional.

feminino e de seu protagonismo, visto que o fator força física, tradicionalmente o marco da diferença entre policiais masculinos e femininos, perdeu parte de sua importância no contexto em que os policiais são chamados a atuar.

Independentemente das diferenças em termos de capacidade física e do emprego da força entre mulheres e homens, as mulheres que foram integradas à Rotam acreditam ter participado do duro treinamento dessa Unidade com a mesma determinação e sem qualquer privilégio em relação aos seus colegas homens e por isso imaginam ter conseguido conquistar o respeito e a confiança deles. Essa confiança transparece nas falas das entrevistadas R4⁹ e R5:

[...] somos tratadas como iguais. A “peia” é a mesma. As mesmas atribuições dadas aos homens são dadas às mulheres e nós devemos cumprir do mesmo jeito [...] (Entrevistada R4).

[...] não há diferença, depois que você é nivelado, depois que você obtém o conhecimento de todos os equipamentos, armas e toda a técnica e tática, você passa a manusear e fazer o mesmo serviço dos homens, portanto, não há uma diferença e não há nenhuma dificuldade em executar todos os elementos, as mesmas coisas que os homens fazem, as mulheres niveladas, cursadas fazem também [...] (Entrevistada R5).

Como é possível depreender de suas falas, as policiais acreditam ser tratadas como iguais pelos demais policiais do sexo masculino. Todavia, como este trabalho não analisou a percepção dos policiais homens da Rotam, não há como afirmarmos que o respeito que elas pensam ter conseguido confirma-se na opinião dos demais policiais acerca do trabalho que elas realizam. Se a forma como as policiais da Rotam percebem sua presença nessa Unidade expressar a realidade, tal situação está na contramão de uma ampla e consistente literatura sobre essa questão, que tem constatado nas polícias de várias partes do mundo uma situação de assimetria entre os gêneros. Como exemplo, podemos citar as investigações de Beck, Barko e Tatarenko (2003) e de Novak, Brown e Frank (2011), que insistem na afirmação de que o trabalho feminino na polícia é visto como menos importante, entre outros motivos, pela crença de que as mulheres não são tão racionais quanto os homens, são mais irritáveis, menos agressivas, menos confiáveis e emocionalmente instáveis.

Embora as entrevistadas reafirmem a posição de sentirem-se preparadas para enfrentar as mesmas situações de policiamento dos policiais do sexo masculino, o fato é que o interesse inicial pela presença feminina na Rotam está vinculado, em princípio, a sua atuação em áreas administrativas, conforme relato da entrevistada R1¹⁰. A esse respeito ela comenta:

⁹ 3.º Sargento da Polícia Militar do Pará, há vinte e dois anos e cinco meses na PMPA, trabalhou de 2008 a 2016 na Rotam, na parte operacional.

¹⁰ Subtenente da Polícia Militar do Pará, há vinte e dois anos e sete meses na PMPA, trabalhou de 2010 a 2012 na Rotam, seu trabalho foi mais na parte administrativa do que na parte operacional.

[...] bem, eu trabalhei muito mais administrativamente do que operacionalmente na Rotam, mas, das vezes que estive na área operacional, eu senti confiança dos meus colegas, senti confiança, na verdade, eu estabeleci uma relação onde pudesse haver uma troca, eles respeitariam minha condição hierárquica, a minha posição de comando, mas eu também estaria receptiva a todas as sugestões e orientações que eles pudessem trazer pra mim, então assim, eu acho mais que a questão é trabalhar em equipe, saber ouvir, saber decidir na hora certa, são elementos que são fundamentais para que o serviço transcorra sem alteração [...].

Em sua fala, a entrevistada diz textualmente: “[...] das vezes que estive na área operacional [...]”. Ela menciona explicitamente que, durante a maior parte do tempo em que esteve na Rotam, trabalhou no setor administrativo, pois recebeu o convite para trabalhar na Rotam com essa finalidade. De fato, de acordo com a mentalidade da corporação, a mulher é mais útil na parte administrativa do que na operacional. Ressaltamos ainda que tanto a entrevistada R1 quanto a entrevistada R2¹¹ não passaram pelo processo de nivelamento; receberam algumas instruções sobre armamentos específicas das tropas especializadas, o que lhes possibilitou o emprego esporádico no serviço operacional.

Os achados do trabalho de Lopes e Brasil (2010) confirmam que a inserção de mulheres tem ocorrido predominantemente em funções administrativas e de relações públicas, tidas como atividades-meio e não atividades-fim. Segundo esses autores, as atividades das mulheres estão predominantemente circunscritas ao ambiente interno dos quartéis.

A postura de implicitamente proteger as mulheres evitando que elas sejam diretamente envolvidas em circunstâncias capazes de colocá-las em eventuais confrontos durante o policiamento ostensivo de rua, na concepção de Archbold e Schulz (2012), é reveladora de preconceito e de falta de confiança, uma vez que as mulheres são tão competentes em patrulha quanto os policiais do sexo masculino. Ainda segundo essas autoras, as mulheres conseguem ter uma melhor comunicação com a comunidade, o que lhes possibilita uma aproximação maior e facilita a coleta das informações necessárias às incursões policiais; entretanto, na maioria das vezes, essas qualidades são desconsideradas. Para Braga (2015) essa falta de confiança do homem em relação ao trabalho desempenhado pelas mulheres, é o que mais as incomoda.

A constatação da assimetria entre homens e mulheres também pode ser inferida do processo de ascensão profissional aos diversos níveis da hierarquia policial. Historicamente a ascensão profissional das mulheres tem sido muito mais lenta que a dos homens, visto que o número de vagas nos concursos para ingressar no quadro feminino da Polícia Militar do Estado do Pará mantém-se em apenas dez por cento do total. Essa restrição produz um impacto profundo na constituição futura

¹¹ Sargento aposentada da Polícia Militar do Pará. Aposentou-se após vinte e cinco anos de carreira, serviu de 2009 a 2014 na Rotam, trabalhando mais na parte administrativa.

da hierarquia da instituição, porque, nas promoções, as mulheres estarão disputando as vagas disponíveis com os demais policiais que preenchem o requisito de “antiguidade”, que é o mesmo que “tempo de serviço”. Evidentemente sempre haverá um número maior de policiais do sexo masculino aptos a ocupar as vagas abertas do que policiais femininas, pois aqueles representam 90% da tropa. Embora formalmente não existam cotas destinadas às mulheres que desejam ingressar na Rotam, o processo de pré-seleção chamado “curso de nivelamento”, destinado a definir quem poderá ou não ingressar nessa Unidade, é organizado de forma a privilegiar aspectos biológicos masculinos; tal estratégia, embora não restrinja formalmente a participação das mulheres, reduz drasticamente as possibilidades de seu ingresso.

É possível que, em parte por não conseguirem perceber essas relações assimétricas, em parte por estarem em posições administrativas nas quais se sentem confortáveis, as entrevistadas relatam terem-se sentido plenamente realizadas no local onde trabalharam, pois o simples fato de pertencerem à Rotam tem para elas o apelo de uma carga simbólica extremamente poderosa, capaz de fazê-las sentirem-se importantes mesmo entre os demais policiais da PMPA, o que lhes dava uma sensação de reconhecimento pela condição diferenciada que experimentam ao se sentirem parte da equipe. A esse respeito, as entrevistadas R5 e R2 comentam:

[...] me sentia realizada, pois lá na Rotam cada guerreiro ele tem o seu espaço conquistado, então lá dentro eu conquistei o meu espaço, eu era o terceiro componente de uma viatura que nós chamamos de barca e lá eu desempenhava todos os meus afazeres de forma a fazer que meus colegas sentissem segurança, com isso eu sentia que eu já tinha conseguido, sim, o meu espaço dentro da Unidade e me sentia realizada dessa maneira [...] (Entrevistada R5).

[...] foi um serviço que eu trabalhei não só na Rotam, quando eu trabalhei na companhia do Comando Geral eu trabalhei com ofícios de justiça, que eu tomava conta de ofícios de justiça e na Rotam eu fui com a mesma função também trabalhar e eu gostava, assim desempenhei bem essa função, acredito que não deixei a desejar [...] (Entrevistada R2).

Pelos relatos das entrevistadas, constata-se que a preocupação de não decepcionar os companheiros e fazer com eles se sentissem seguros com sua presença é uma carga a mais que as policiais da Rotam precisam administrar o tempo todo, principalmente nas atividades operacionais, como descrito pela entrevistada R5. Essa busca obsessiva por tornar-se igual ou ser respeitada como igual pelos demais policiais expressa-se inclusive na forma masculinizada como a entrevistada R5 descreve a si mesma: como um guerreiro. Assim, considerar-se “guerreiro” e não “guerreira” denota a necessidade de masculinização da própria autodescrição como um mecanismo para tornar cada vez menos perceptível a sua condição feminina. Essa necessidade de adaptação, longe de significar a comprovação da aceitação e do respeito dos demais, revela-se muito mais como uma necessidade de anular as especificidades de que são portadoras enquanto mulheres para poderem ser aceitas

como iguais, mas de acordo com os parâmetros masculinos formal ou informalmente cultivados pela instituição.

4 OS CONTORNOS DA ASSIMETRIA

Uma das formas mais comuns e ao mesmo tempo mais cruéis de manifestação da assimetria nos ambientes de trabalho ocorre com o tipo de comportamento designado como assédio, em sua modalidade tanto de assédio moral quanto de assédio sexual. A Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, define o assédio moral como aquele que ocorre no ambiente de trabalho caracterizado por ações executadas no sentido de produzir violência psicológica, constrangimento, humilhação e perseguição de um superior hierárquico sobre alguém que lhe esteja subordinado; o assédio sexual, por sua vez, está previsto na Lei n.º 10.224, de 15 de maio de 2001, que o define como o ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, utilizando-se o agente causador do assédio de sua ascendência sobre a vítima em decorrência do cargo ou da função que ocupa para pressioná-la no sentido de que atenda às suas solicitações de favores sexuais.

Pesquisadores que se debruçaram sobre a questão dos diversos tipos de assédio nos ambientes de trabalho, como Hirigoyen (2002), Freitas (2007), Soares e Oliveira (2012), Bertoldi et al. (2013) e Meins (2015), indicam que experiências desse tipo afetam profundamente a vítima e seu impacto transcende o âmbito profissional, a ponto de comprometer a autoestima, causar adoecimento físico e mental e desestruturar a vida pessoal. Ao ressaltarem os impactos de natureza biopsicossocial que são experimentados pelas vítimas de assédio moral, os trabalhos de Heloani (2005), Pamplona Filho (2006), Freitas (2001, 2007) e Dias (2008) são esclarecedores quanto à gravidade desse tipo de assédio e suas consequências para as perspectivas de ascensão das mulheres no mercado de trabalho.

Tanto o assédio moral quanto o assédio sexual constituem obstáculos a serem cotidianamente enfrentados e superados pelas mulheres policiais; tal problema constitui-se em importante variável do desempenho profissional nas instituições policiais. Embora não sejam somente as policiais do sexo feminino que sofram esse tipo de constrangimento, é seguramente nas mulheres que seus efeitos se tornam mais danosos e permanentes. O assédio manifesta-se sob diversas formas, inclusive com ameaças de punições e carga adicional de trabalho sem uma justificativa legítima, apenas com a intenção de pressionar para que as pretensões ilegítimas do superior hierárquico sejam atendidas, inclusive no que se refere à intimidade de natureza sexual (BEZERRA, 2012; CAPPELLE; MELO, 2010; ROSA; BRITO; OLIVEIRA, 2007; SOARES; MUSUMECI, 2005). Quando a relação que deveria ser institucional se instala sob esse tipo de

constrangimento, é muito comum que sejam criadas artificialmente dificuldades adicionais ao desempenho da tarefa que deverá realizar a pessoa assediada, a qual, implícita ou explicitamente, torna-se vulnerável a punições e ao eventual excesso de rigor quando da avaliação de pequenas falhas. Num contexto construído dessa forma, pode haver um sério prejuízo para a perspectiva de ascensão profissional da vítima, na medida em que sua ficha profissional fica maculada por punições que desabonam sua pretensão de progredir na carreira de forma célere. Tal situação produz prejuízos não apenas na vida profissional das mulheres policiais, mas também em suas relações familiares, havendo casos em que suas famílias entram em crise e são desfeitas.

Das seis mulheres entrevistadas, quatro afirmaram ter sofrido assédio sexual em outras Unidades da PMPA nas quais trabalharam; também afirmam nunca terem enfrentado esse tipo de problema enquanto pertenceram à Rotam. Das duas restantes, uma afirmou nunca ter sido assediada e a outra afirma ter experimentado esse tipo de situação, embora acrescenta que “levou na esportiva aquela brincadeira de homens”. Pela forma como essa entrevistada se refere ao caso de assédio – “brincadeira de homens” –, não fica claro se as demais realmente não sofreram assédio ou se, tendo sofrido, não o perceberam como tal, uma vez que a própria fala da entrevistada permite inferir uma certa naturalização do assédio expresso como coisa tipicamente masculina à qual as mulheres deveriam adaptar-se. As falas das entrevistadas R2 e R6, abaixo, são extremamente esclarecedoras a respeito dos constrangimentos e prejuízos que sofrem as mulheres vítimas de assédio na instituição. Quando indagadas se sofreram algum tipo de assédio no tempo em que pertenceram à Rotam, as mencionadas policiais esclarecem:

[...] não, lá não sofri assédio, só no ... Batalhão que um tenente que me assediava muito e um cabo ou soldado nem lembro, por isso que eu saí de lá, não aguentava mais, mas assim, era muito chato, mas consegui me livrar [...] (Entrevistada R2).

[...] infelizmente sim, mas nada muito grave, coisas normais onde se trabalha com homens. Mas o pior foi quando trabalhava na Zpol¹². Ele tentou me prejudicar no serviço, quando disse que não me envolvia com homens casados, tentou me iludir com viagens e jantares, disse que ia deixar a mulher e mais um monte de besteira. Creio que achou que eu era boba por ser novinha na época e que eu iria cair no papo furado de homem casado. Diante da minha negativa, confundiu vida pessoal com profissional. Lembro que na época foi bem complicado, quase sou punida sem fazer nada de errado no serviço. Mas, graças a Deus, meu Comandante, à época, acreditou em mim e disse que era para eu não ficar sozinha com esse militar e só fazer o “certo”, “sim, senhor”, “não, senhor”, “prestar minha continência e só”, coisa que o militarismo nos obriga [...] (Entrevistada R6).

No relato da entrevistada R2, é possível verificar que o assédio procede dos mais diversos níveis hierárquicos da instituição. Sendo assim, a ideia de tornar público o constrangimento pelo qual está passando ou de dar ciência aos superiores sem ter certeza de que neles encontrará apoio e

¹² Zonas de Policiamento.

sem uma noção muito clara de como eles reagiriam diante da situação faz com que, como no caso mencionado, a policial tenha de sair do seu local de trabalho em busca de uma nova Unidade a fim de recuperar a sua tranquilidade, livre do assédio. Portanto, ela, como vítima, além do constrangimento do assédio e das eventuais ameaças, ainda precisa ser deslocada do seu ambiente de trabalho, enquanto aquele que a assedia permanece absolutamente tranquilo realizando suas funções como se nada tivesse acontecido. No relato da entrevistada R6, essa situação ficou explicitamente caracterizada, pois, embora a policial tenha comunicado o fato ao seu comandante e ele, como ela mesma afirma, tenha aparentemente acreditado, não foi tomada por ele qualquer medida para fazer cessar o assédio, limitando-se o mencionado comandante a recomendar que a policial tivesse cuidado para não cometer deslizes que pudessem servir de pretexto ao assediador para puni-la.

A omissão diante das situações de assédio foi pesquisada por Collins (2004). Para a autora, o assédio moral sofrido pelas mulheres nas instituições policiais pode facilmente converter-se em assédio sexual. Ela comenta que o indicativo da importância desse problema são os números crescentes de queixas de assédio sexual movidas por agentes do sexo feminino contra seus colegas do sexo masculino. A autora complementa dizendo que a coerção sexual é o assédio sexual na sua forma clássica e caracteriza-se pela extorsão de cooperação sexual ou de favores sexuais em troca de não tornar as condições de trabalho mais desagradáveis do que o seriam normalmente. Como já indicamos em outros momentos deste texto, o assédio por vezes não é revelado pelas mulheres por não terem certeza de que a denúncia do caso produzirá algum efeito concreto sobre o acusado. A fala da entrevistada R1 é esclarecedora nesse sentido:

[...] assédio no ambiente de trabalho ocorreu comigo mais na década de noventa quando eu entrei na polícia, quando eu era muito mais nova, quando, enfim, tudo começou, com o tempo isso já não acontecia, nem de forma sutil nem de qualquer outra forma. Na Rotam, nunca tive esse problema, enfim, o assédio de qualquer natureza ele foi uma experiência desagradável pelo qual eu passei, mas logo no início da minha carreira profissional, depois eu soube lidar de tal forma e me comportar de tal maneira que já não vivenciava mais essas questões. Eu acho que muitas de nós velamos os assuntos relacionados a assédio. Acho que a vida militar colabora muito pra isso, pra gente não expor situações como essas, de onde encontra forças para seguir em frente com uma denúncia e a segurança de que a denúncia será feita, o autor será punido e nada de ruim vai interferir nessa carreira profissional, não sei, acho que ainda é muito velado, assim como eu velei as situações que ocorreram comigo e que passaram a não ocorrer mais, dado período de tempo até hoje, quantas também assim não se comportaram, acho que poucas revelaram situações como essas [...].

A fala dessa entrevistada permite-nos inferir que a verdadeira dimensão desse problema é desconhecida, pois a maioria dos casos nem sequer chega a ser conhecida e, mesmo quando são denunciados, parece não haver muita expectativa de que isso surta algum efeito realmente

importante dentro da instituição. Para as policiais, a preocupação de que, ao fazer a denúncia, poderiam criar constrangimentos no seu ambiente de trabalho e provocar uma situação constrangedora para com os demais colegas faz com que muitas suportem a provação em silêncio, enquanto tentam uma transferência para outros locais de trabalho. Esse período em que decidiram sair, mas ainda não encontraram um outro local para trabalhar, certamente é uma fonte adicional de *stress* e sofrimento.

He, Zhao e Archbold (2002) discutem com bastante propriedade os efeitos do *stress* de policiais relacionados ao assédio sexual, indicando a existência de consequências que vão muito além de um simples desconforto no local de trabalho. O *stress* que atinge as mulheres policiais devido à confluência de problemas da vida profissional com as relações familiares acrescenta mais consequências físicas e psicológicas à carga de sofrimento experimentada nas situações vividas no ambiente de trabalho policial. Igualmente esclarecedor a esse respeito são os comentários de Siemens (2012), para quem as situações estressoras levam a um sentimento de impotência e à consequente perda de produtividade e eficiência. A fala da entrevistada R1, a seguir, é esclarecedora:

[...] eu acho que o período que eu passei na Rotam foi o período que eu vivi o mais alto nível de estresse. Minha carga de trabalho administrativo era exaustiva, ela não encerrava no findar do expediente, ela continuava por vezes dentro da minha casa, quando eu era acionada, quando eu era perguntada, quando eu era solicitada por quem quer que seja. Então às vezes a gente traz com a gente aquela responsabilidade que não finda ao fechar dos portões, no badalar das 18 horas, a gente não tem hora pra começar, pra terminar, essa que é a verdade. Então existe, sim, um expediente que se tem a cumprir, horas de trabalho a se respeitar, mas você traz consigo uma responsabilidade que faz com que você tenha que atender aos chamados de quem lhe procura, isso não finda. Minha vida era envolvida nessa atmosfera e isso trouxe pra mim um estresse muito grande, eu não conseguia me desprender dessa realidade porque eu já estava ali naquela unidade tão respeitada, cheia de profissionais extremamente qualificados, homens e mulheres, inclusive com muito tempo, experiência de profissão, com muitas abordagens realizadas, apreensões feitas. Então eu tinha que dar o meu melhor na minha função, que era administrativa, eu não podia me furtar a isso e isso me trouxe, sim, um nível de estresse altíssimo, consequência inclusive dentro da minha família, porque, se eu chegava na minha casa e o trabalho não findava, seja na continuidade de alguma documentação necessária de um trabalho a ser feito com prazo de entrega ou até mesmo alguma ligação que eu tivesse que receber, a minha família não entendeu e sucumbiu a isso. Não pude dar atenção, fiquei dividida e não pude dar a atenção que minha família merecia e aí diante disso eu passei por separação, por perda de guarda, então eu atribuo algumas situações desse tipo de desestrutura familiar pela dedicação e pelo meu alto grau de estresse adquirido na época [...].

A fala da policial confirma o componente de *stress* contido na atividade policial e o fato de não haver uma delimitação clara entre a vida profissional e a vida particular, com sérias consequências para esta última. A intromissão da ideia de pertencer a uma Unidade de elite formada

por pessoas altamente qualificadas torna-se para as mulheres da Rotam uma espécie de obsessão devido ao medo de não corresponder ao que é esperado pelos colegas e de que o mito da suposta fragilidade da condição feminina sirva como pretexto para considerá-las inaptas para fazer parte da equipe. Esses medos decorrentes da necessidade de mostrar-se tão forte e competente quanto os colegas do sexo masculino faz com que, como no caso da entrevistada R1, a policial chegue ao ponto de romper sua relação conjugal por influência das atividades profissionais. Logo, o estresse no ambiente de trabalho, como na situação descrita, pode acarretar sérios problemas à vida familiar da policial, desestruturando as relações afetivas e podendo até levar à separação conjugal.

Apesar dos sacrifícios pessoais a que se submetem por conta da necessidade de sentirem-se parte da equipe, as mulheres policiais dificilmente conseguem romper completamente a barreira da desconfiança de seus colegas do sexo masculino. De acordo com McCarty (2013), embora as mulheres legalmente tenham acesso igual ao emprego como policiais, não há igualdade de acesso às redes informais que existem dentro da corporação, que acolhem preferencialmente e de maneira diferenciada os homens.

Em decorrência da sobrecarga adicional de *stress* que experimentam em função do esforço que fazem para se integrar e da percepção de que a integração plena é sempre obstada pela sua condição feminina, as policiais chegam a desenvolver doenças físicas e psicológicas que afetam a sua produtividade e, conseqüentemente, geram maiores possibilidades de crítica a sua atuação. Greene e Del Carmen (2002) mostram que as mulheres tendem a alterar seu comportamento pessoal e profissional em decorrência do estresse provocado por suas expectativas em relação à instituição e pela instituição sobre elas.

As dificuldades e expectativas próprias de sua atuação em uma Unidade de elite policial, somadas aos conflitos e às desconfianças que impregnam sua vida familiar, fazem com que a mulher que integra esse tipo de unidade tenha de, simultaneamente, quebrar os paradigmas da fragilidade e mostrar a cada dia que é capaz de cumprir suas funções.

5 CONCLUSÃO

O estágio atual em que se encontra a participação das mulheres no mundo do trabalho carrega consigo vestígios evidentes de um percurso contraditório em que é inegável o avanço na abertura de novos espaços de atuação profissional – o que é incontestavelmente positivo e importante –, mas que ainda preserva formas retrógradas e negativas de assimetria relacionadas à condição de gênero. Tais distinções estão presentes seja na forma de salários mais baixos para as mulheres, seja na maior dificuldade em alcançar o topo das hierarquias profissionais, seja também

pela maior vulnerabilidade às investidas de assédio moral e sexual.

Embora no caso das mulheres policiais a questão salarial não esteja presente, visto que não há nas instituições analisadas distinção entre as remunerações pagas a homens e a mulheres que ocupam cargos hierarquicamente iguais, persistem as dificuldades de ascensão profissional e a vulnerabilidade ao assédio moral e sexual. Os depoimentos apresentados neste artigo indicam que as mulheres policiais recorrem a algumas estratégias para lidar com os dois tipos de assédio: tanto podem lançar mão de mecanismos de naturalização desse tipo de comportamento, procurando convencer-se ou sendo convencidas da sua normalidade e da necessidade de aturá-lo para não criar constrangimento à instituição e aos colegas por denunciá-los, quanto podem fazer tentativas de troca do local de trabalho para evitar as possíveis represálias em consequência da negativa em ceder à pressão por favores sexuais vinda de algum superior hierárquico.

Entre as policiais que fizeram parte do contingente da Rotam, existe um certo consenso de que o assédio, quando ocorreu nessa Unidade, teve um caráter menos ostensivo do que o que aconteceu nos batalhões ou em outras unidades da PMPA. Não conseguimos chegar a uma conclusão definitiva se essa pouca incidência presente na fala das policiais é fruto de um respeito maior que os policiais dessa unidade têm pela Unidade a que servem – o que os levaria a evitar comportamentos capazes de manchar a imagem da tropa e, em caso extremo, poderia ocasionar sua expulsão – ou, ao contrário, é uma tentativa das entrevistadas de manter a imagem pública da Rotam o mais preservada possível, por causa do orgulho que sentem por terem participado dessa tropa de elite – o sacrifício contido nessa estratégia seria levado ao extremo de suportar o assédio sem denunciá-lo, como uma tentativa de se fazer aceita pela equipe, mesmo que isso nunca ocorra de forma plena.

Independentemente do quanto essas estratégias funcionam total ou parcialmente, a motivação profissional das mulheres que pertenceram às tropas especiais é seriamente afetada pela rede de relações internas e externas à instituição. As mulheres parecem cientes disso e, por esse motivo, tentam equilibrar-se entre a opressão do assédio e o desejo de permanência na tropa, pois tal conquista tem para elas uma importância simbólica extremamente relevante no contexto de lutas pela afirmação de direitos aos mesmos postos de trabalho que os homens.

As mulheres que atuaram na Rotam e que foram objeto desta investigação são unânimes em manifestar o orgulho que sentem por terem sido parte dessa Unidade; tendo sido empregadas tanto na parte administrativa como na parte operacional, mencionam o fato de terem permanecido na Unidade como uma conquista ao mesmo tempo pessoal e profissional, embora estejam conscientes das renúncias que tiveram de fazer em sua vida privada para manter essa conquista. Apesar das dificuldades que precisaram desbravar no interior da própria instituição, afirmam sentirem-se

integralmente guerreiras, o que significa sentirem-se integralmente Rotam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCHBOLD, Carol A.; SCHULZ, Dorothy Moses. Research on women in policing: a look at the past, present and future. **Sociology Compass**, v. 6, n. 9, p. 694-706, Sept. 2012.
- BATISTA, Natalia Nunes Ferreira; CACCIAMALI, Maria Cristina. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2009.
- BECK, Adrian; BARKO, Vadym; TATARENKO, Alina. Women militia officers in Ukraine: exploring their experiences in a post-Soviet policing organisation. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 26, n. 4, p. 548-565, 2003.
- BERTOLDI, Maria Eugênia et al. Assédio moral no trabalho. **JICEX: Revista da Jornada de Iniciação Científica e de Extensão Universitária do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/ojs/index.php/JICEX/article/view/85/357>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- BÉRUBÉ, Allan. **Coming out under fire: the history of gay men and women in World War II**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.
- BEZERRA, Cláudia de Magalhães. **Estresse ocupacional autoatribuído em mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro**. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.
- BRAGA, Élida Damasceno. A mulher nas unidades operacionais da Polícia Militar de Sergipe. In: NUMMER, Fernanda Valli; FRANÇA, Maria Cristina Caminha Castilho França (Org.). **Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas**. Belém: GAPTA/UFPA, 2015. p. 197-223.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- BURKE, Ronald J.; SHEARER, Jon; DESZCA, Gene. Burnout among men and women in police work: an examination of the Cherniss model. **Journal of Health and Human Resources Administration**, v. 7, n. 2, p. 162-188, Fall 1984.
- CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.
- CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 71-99, 2010.
- CARVALHO, Sônia Marise Salles. Mulheres militares no Brasil. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos; D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: Cejup, 1997.
- COLLINS, Sue Carter. Sexual harassment and police discipline: who's policing the police. **Policing: An**

- International Journal of Police Strategies & Management, v. 27, n. 4, p. 512-538, 2004.
- CONCEIÇÃO, Ana Cristina; SOUZA, Edinilza Ramos de. Morbimortalidade de mulheres policiais militares. **Cadernos de Segurança Pública**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 4, p. 4-16, mar. 2013.
- DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: o caso do assédio sexual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 57, p. 11-23, 2008.
- DICK, Penny; NADIN, Sara. Reproducing gender inequalities? A critique of realist assumptions underpinning personnel selection research and practice. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 79, n. 3, p. 481-498, Sept. 2006.
- DODGE, Mary; VALCORE, Laura; GOMEZ, Frances. Women on SWAT teams: separate but equal? **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 34, n. 4, p. 699-712, 2011.
- FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19, abr./jun. 2001.
- FREITAS, Maria Ester de. Quem paga a conta do assédio moral no trabalho? **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, art. 5, jan./jun. 2007.
- FREUDENBERGER, Herbert. Staff burn-out. **Journal of Social Issues**, v. 30, n. 1, p. 159-165, Winter 1974.
- GIUBERTI, Ana Carolina; MENEZES-FILHO, Naércio. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 369-384, jul./set. 2005.
- GOLDSTEIN, Joshua S. **War and gender: how gender shapes the war system and vice versa**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.
- GREENE, Helen Taylor; DEL CARMEN, Alejandro. Female police officers in Texas: perceptions of colleagues and stress. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 25, n. 2, p. 385-398, 2002.
- HE, Ni; ZHAO, Jihong; ARCHBOLD, Carol A. Gender and police stress: **the convergent and divergent impact of work environment, work-family conflict, and stress coping mechanisms of female and male police officers**. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 25, n. 4, p. 687-708, 2002.
- HELOANI, Roberto. Assédio moral: a dignidade violada. **Aletheia**, Canoas, n. 22, p. 101-108, jul./dez. 2005.
- HICKMAN, Matthew J.; PIQUERO, Alex R.; GREENE, Jack R. Discretion and gender disproportionality in police disciplinary systems. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 23, n. 1, p. 105-116, 2000.
- HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. Rio de Janeiro:

Bertrand Brasil, 2002.

JAIME, Pedro. Para além das *pink collars*: gênero, trabalho e família nas narrativas de mulheres executivas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 135-155, jan./abr. 2011.

LEITE, Máurea Mendes. **Origens sociais e trajetórias profissionais das primeiras mulheres policiais pertencentes ao círculo de oficiais da Polícia Militar do Pará**. 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LOPES, Emanuel Bruno; BRASIL, Glauécia Mota. **Mulheres na polícia**: demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder. 2010. Trabalho apresentado ao 9.º Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 2010.

MARKS, Monique. Looking different, acting different: struggles for equality within the South African Police Service. **Public Administration**, v. 86, n. 3, p. 643-658, Sept. 2008.

MCCARTY, William P. Gender differences in burnout among municipal police sergeants. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 36, n. 4, p. 803-818, 2013.

MCCARTY, William P.; ZHAO, Jihong “Solomon”; GARLAND, Brett E. Occupational stress and burnout between male and female police officers. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 30, n. 4, p. 672-691, 2007.

MEINS, Jamilli Carolina. Assédio moral no trabalho. **Caderno de Resumos do Evinci – Apresentação de Painéis**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 54, 2015.

MILKMAN, Ruth. **Gender at work**: the dynamics of job segregation by sex during World War II. Champaign, IL: University of Illinois Press, 1987.

NOVAK, Kenneth J.; BROWN, Robert A.; FRANK, James. Women on patrol: an analysis of differences in officer arrest behavior. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 34, n. 4, p. 566-587, 2011.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Assédio sexual: questões conceituais. **Equipo Federal del Trabajo**, v. 2, p. 59-80, 2006.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de; OLIVEIRA, Flávio Monteiro de. Os sentidos da violência nas organizações: uma análise construcionista da história de vida de uma policial militar. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-30, jan./jun. 2007.

SCOTT, Russell Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 73, p. 38-47, maio 1990.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: presença feminina na polícia militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SIEMENS, Ferdinand A. von. Social preferences, sorting, and competition. **The Scandinavian Journal of Economics**, v. 114, n. 3, p. 780-807, Sept. 2012.

SOARES, Angelo; OLIVEIRA, Juliana Andrade. Assédio moral no trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 195-202, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Division of Mental Health. **Guidelines for the primary prevention of mental, neurological and psychosocial disorders: staff burnout**. Geneva, 1994, v. 5.

2.2 Artigo Científico 2

MULHERES POLICIAIS: FAMÍLIA E TRABALHO, UMA DIFÍCIL CONCILIAÇÃO

Regina Ferreira Lobato¹³
Jaime Luiz Cunha de Souza¹⁴

Resumo

Este artigo analisa, com base no estudo realizado com as mulheres que pertencem à Rotam, seus múltiplos papéis e suas atividades no contexto familiar e profissional. O escopo da pesquisa é captar a percepção que as mulheres policiais têm do exercício da sua profissão e mais especificamente da influência do pertencimento às equipes da Rotam em suas relações familiares. A abordagem é qualitativa, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, os sujeitos são mulheres que atuam nessa tropa. Os resultados indicam que ser mulher policial implica satisfação e sacrifícios. A sobrecarga de trabalho que as mulheres acumulam pode resultar num mau desempenho, tanto profissional quanto familiar. A maioria das mulheres que pertencem à Rotam atualmente trabalha na parte operacional, o que revelando uma mudança em relação ao que se apresentava no início. O fator tempo para as policiais da Rotam é uma questão fundamental, elas sentem-se orgulhosas quando conseguem conciliar trabalho, maternidade e família, mas sua jornada é muito desgastante, o que resulta em problemas e dificuldades no âmbito familiar que, conseqüentemente, refletem-se no ambiente profissional.

Palavras-chave: Mulheres. Rotam. Família. Polícia.

Abstract

This article proposes to analyze, from the study carried out with the women who belong to Rotam, its multiple roles, its activities in the family and professional context. The scope of the research is directed to the perception of police women regarding the exercise of their profession and more specifically to the way in which belonging to the Rotam teams impacts their family relationships. The approach is qualitative, the data were collected through semi-structured interviews, the subjects are women who work in this group. The results indicate that being a police woman implies satisfaction and sacrifice. The work overload that women accumulate can result in poor performance both professionally and family. The women who belong to Rotam nowadays, the majority work in the operational part, revealing a change in relation to the one that appeared in the beginning. The time factor for the Rotam police has proved to be a fundamental issue, they feel proud when they can reconcile work, maternity and family, but it is a very exhausting journey, resulting in problems and difficulties in the family that will consequently be reflected to the professional.

Keywords: Women. Rotam. Family. Police.

¹³ Mestranda em Segurança Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: regilobato86@yahoo.com.br.

¹⁴ Doutor em Ciências Sociais, professor do PPGSP, da UFPA. E-mail: jaimecunha@ufpa.br.

1 INTRODUÇÃO

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho historicamente foi marcado por momentos difíceis. Quando elas pleiteiam uma vaga em um espaço profissional militar e policial, as dificuldades agravam-se. Em geral, as mulheres policiais têm de viver papéis contraditórios: no ambiente familiar, devem manter uma condição de certa submissão, de acordo com papéis que culturalmente lhes são atribuídos; no ambiente de trabalho, devem assumir a qualidade inversa, ou seja, incorporar a autoridade que lhes confere a função de policial. Neste artigo, examinaremos a tensão decorrente dessa dupla condição, concentrando-nos mais diretamente nos conflitos entre a vida familiar e a condição profissional da policial feminina que desenvolve suas atividades na tropa especial denominada Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam), da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA).

A busca de um equilíbrio entre a família e o trabalho tem sido considerada um dos maiores desafios que todo policial, homem ou mulher, em algum momento precisará enfrentar. Os efeitos dessa busca nas dinâmicas familiares ainda recebem pouca atenção das instituições policiais, embora possam afetar direta ou indiretamente profissionais de ambos os sexos. Daí os afastamentos por motivos psiquiátricos, os episódios de violência doméstica ou a vulnerabilidade psicológica experimentada por aqueles que não contam com um suporte familiar suficientemente estável para apoiá-los no enfrentamento do *stress* cotidiano (BLUMENSTEIN; FRIDELL; JONES, 2012). O foco de nossa investigação é dirigido para a percepção das mulheres policiais a respeito do exercício da sua profissão e, mais especificamente, para a forma como o pertencimento às equipes da Rotam impacta suas relações familiares e vice-versa.

Focalizam-se mais objetivamente as tensões e os conflitos entre as funções que as mulheres tradicionalmente são chamadas a desempenhar como esposas, mães e filhas e as exigências, os rigores e as responsabilidades da autoridade de que se investem como policiais. O confronto entre essas duas dimensões, que marca a vida da mulher policial, pode ter impactos significativos dependendo do tipo de projeto pessoal e profissional e dos sacrifícios que ela esteja disposta a fazer, pois precisará certamente abrir caminhos dentro da própria instituição policial para fazer-se reconhecida, rompendo os estereótipos sexistas.

Chamamos especialmente a atenção para as estratégias adotadas pelas policiais para harmonizar as exigências da instituição com as exigências da família, principalmente no que diz respeito à segurança, porque a condição de policial implica certas restrições e certos riscos para os demais membros da família, capazes de afetar diretamente as relações sociais, o lazer e os espaços nos quais se podem movimentar em segurança. Além disso, ressaltamos as estratégias das policiais

para assegurar a si próprias e a seus familiares uma margem de segurança, ainda que sua qualidade de vida fique comprometida pelas restrições e pelo *stress* a que são submetidas, quase diariamente, nas várias frentes de luta, familiares e institucionais.

A Polícia Militar do Estado do Pará conta atualmente com um total de 1.693 (mil seiscientos e noventa e três) mulheres na instituição, incluindo aquelas que estão aguardando a publicação de reserva remunerada. O Comando de Missões Especiais (CME) é composto pelo Regimento de Polícia Montada (RPMONT), pela Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE), pelo Batalhão de Polícia Tática (BPOT), pelo Batalhão de Polícia de Choque (BPCHQ), pelo Grupamento Aéreo (GRAER), pela Companhia Independente de Polícia Fluvial (CIPFLU) e pela Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPC). Essas sete unidades especializadas empregam apenas trinta e quatro policiais femininas: oito mulheres no RPMONT, duas no CIOE, uma no BPCHQ (que se encontra em processo de reserva), uma no GRAER (que também está em processo de reserva), sete na CIPFLU, cinco na CIPC (uma das quais em processo de reserva) e dez no BPOT, também conhecido como Rotam. Como o BPOT é o local onde está o maior número de mulheres atuantes e egressas, optou-se por fazer a pesquisa nesse Batalhão.

Foi utilizada na pesquisa uma abordagem qualitativa. O objeto de análise foram os depoimentos de mulheres policiais que desempenham suas atividades atualmente na Rotam. No total, foram entrevistadas oito mulheres policiais, que formam o contingente atualmente vinculado a essa tropa especializada. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas fora do quartel, nos horários de folga das mulheres, em Belém.

Além desta introdução e da conclusão, o texto compreende três seções. Na primeira, examinamos as dificuldades que as mulheres trabalhadoras têm para conciliar suas atividades domésticas e profissionais – condição de desvantagem que as obriga a assumir jornadas duplas e até triplas que alteram seus projetos profissionais, a taxa de fecundidade e os planos de maternidade. Na segunda, analisamos seu círculo de relações sociais, restrito devido às peculiaridades do trabalho, como plantões, viagens e escalas extras, e as implicações dessa restrição para sua vida emocional. Nessa seção, discutimos ainda as influências na família da necessidade de garantir a segurança da policial, o que afeta tanto os locais de lazer como os de moradia e até mesmo os meios de transporte que a policial e os membros da família utilizam. Na terceira, tratamos da forma como as policiais administram a sua crônica falta de tempo para dar atenção aos seus familiares e o dilema de dar prioridade à família ou à profissão.

2 SACRIFÍCIOS PARA EXERCER A PROFISSÃO

A inserção das mulheres no mercado de trabalho não as exime de seus encargos e de suas responsabilidades no lar. Ela é obrigada a cumprir com eficiência seu papel profissional e, ao mesmo tempo, a dar atenção às pessoas que compõem seu círculo familiar. Para Perrot (2005), as mulheres vivem verdadeiros dilemas na medida em que suas funções domésticas são geralmente consideradas prioritárias, e seu projeto de conquista de uma carreira profissional é colocado em uma posição secundária. Essa condição permanece mesmo quando a mulher exerce atividades tradicionalmente masculinas, como, por exemplo, a profissão de policial. Sen (2000) e Frazer (2007) chamam a atenção para o fato de que o não reconhecimento da condição de igualdade feminina nas instituições militares (e, nós diríamos, também nas instituições policiais) impede a paridade de participação dessas mulheres, porque o universo simbólico de normas e tratamentos diferenciados deslocam-nas cada vez mais para uma condição de desvantagem.

Para Alves (1997), essa condição também é observada no espaço doméstico. De fato, a mulher é obrigada a submeter-se a uma dupla ou uma tripla jornada; para ela, a conquista de um espaço profissional significa muito mais um acréscimo de novas funções do que a eventual liberação ou o compartilhamento das responsabilidades domésticas, pois, quando sai do trabalho, as tarefas relativas ao papel de dona de casa, mãe e esposa estão lá, a sua espera. Tedeschi (2012) afirma que, mesmo obtendo conquistas no espaço público, a mulher é frequentemente obrigada a desempenhar seus papéis tradicionais no espaço privado, porque a “divisão hierárquica” de papéis, que muitos tendem a ver como algo do passado, ainda é frequentemente reproduzida atualmente, mesmo naquelas profissões em que os homens estão presentes há mais tempo que nas profissões militares e policiais. Morash, Kwak e Haarr (2006) mostram que essa sobrecarga de trabalho pode ter consequências graves, tanto para a estabilidade das relações familiares quanto para o desempenho profissional, e que o suporte familiar é extremamente importante para que as mulheres consigam administrar equilibradamente os conflitos e as tensões que ocorrem nos seus ambientes profissionais e domésticos. Os autores concluem que os problemas dos locais de trabalho e da família alimentam-se e retroalimentam-se mutuamente e asseguram que, quando essas tensões não são adequadamente administradas, podem eclodir na forma de estresse.

As relações entre as instituições policiais e a família sempre foram marcadas por dificuldades de adaptação. As exigências de estabilidade da vida familiar e a lógica de permanente disponibilidade, mobilidade e risco que, em maior ou menor grau, caracteriza a profissão quase sempre estão em rota de colisão. Compartilhar com a família as apreensões relativas aos riscos da profissão é visto como algo negativo, pois, se para os homens, trazer para o ambiente familiar suas preocupações a respeito dos perigos mais iminentes do seu cotidiano não é algo saudável, por gerar ansiedade e insegurança, para a mulher, é ainda menos aceitável, uma vez que é ela quem

geralmente assume a tarefa de manter o equilíbrio e a estabilidade familiar.

Segundo os estudos de He, Zhao e Archbold (2002), a quarta maior fonte de estresse no trabalho policial tem conexão com questões familiares. Para esses autores, a vida pessoal dos policiais é afetada pela natureza original do trabalho da polícia, que, por sua vez, faz com que eles percebam seu trabalho como mais psicologicamente e fisicamente estressante, pois não conseguem desvincular sua vida particular do seu trabalho. Calazans (2003, p. 22) ressalta que “as mulheres entraram em espaços até então somente preenchidos pelo trabalho masculino, seja por necessidade de complementar a renda familiar, por necessidades da organização, por aspirações pessoais, ou para tornarem-se as ‘provedoras’ de lares”. Mas a saída do espaço privado para o espaço público pode fazer surgir aquilo que He, Zhao e Archbold (2002) chamam “transbordamento” dos conflitos familiares para os locais de trabalho e vice-versa; tal transbordamento torna-se ainda mais evidente entre as mulheres policiais que desenvolvem suas atividades em tropas especializadas, como é o caso da Rotam, porque, além das dificuldades já mencionadas, precisam incorporar as percepções de mundo caracteristicamente masculinas próprias do *habitus* da instituição (BOURDIEU, 1989)

O fato de a mulher exercer atividades fora do lar alterou inclusive a taxa de fecundidade, pois atualmente ela não tem a mesma quantidade de filhos que tinha no passado, muito em razão de não conseguir conciliar e executar com êxito suas várias funções. Ao comentar essa dificuldade de conciliação, Dick e Nadin (2006) ressaltam que se mantém, implícita ou explicitamente, o discurso segundo o qual o papel de boa mãe não se adapta à condição de boa profissional. Para esses autores, a família tende sempre a cobrar das mulheres seus papéis domésticos, o que, direta ou indiretamente, gera um reforço negativo em relação aos projetos femininos de conquista de novos espaços profissionais.

No contexto assim definido, a maternidade poderá influir na decisão de continuar perseguindo objetivos profissionais ou de abandoná-los, a mulher recusando assumir funções que, dada sua complexidade, poderiam exigir-lhe mais tempo e dedicação. São esclarecedoras as contribuições de Borsa e Feil (2008) para essa discussão, quando afirmam que o papel de mãe foi historicamente construído como o máximo a que a mulher poderia almejar; representaria a plenitude da feminidade e viria inevitavelmente acompanhado de renúncias e sacrifícios. Dessa forma, seria a maternidade – e não a conquista de espaços profissionais – que daria sentido à existência da mulher. Dessa concepção sexista decorre toda uma série de obstáculos aos projetos profissionais femininos, os quais as mulheres precisam superar quando decidem romper com essas expectativas e assumir novos papéis que vão além dos papéis familiares estabelecidos.

Para Oliveira e Ferreira (2014), ainda existe uma forte segregação sexual no trabalho. Apesar das conquistas, a mulher ainda enfrenta dificuldades para afirmar-se nas profissões

historicamente consideradas masculinas, como, por exemplo, as profissões militares e policiais. Mesmo quando consegue superar os obstáculos e ocupar esses espaços, ela continua tendo de assumir as responsabilidades de coordenadora do cuidado com a família. Conforme nos esclarecem Cappelle e Melo (2010), as instituições militares (e policiais) são espaços “guetizados” que estimulam a segregação do trabalho em razão da presença maciça dos homens em suas fileiras. O dilema que as mulheres precisam enfrentar consiste em equilibrar-se entre o fato de continuarem presas aos modelos internalizados de boas esposas e mães e as possibilidades de realização pessoal e a oportunidade de melhoria das condições de vida da família a serem conquistadas no espaço profissional (ARAÚJO; SCALON, 2005). Convém destacar o alcance social das conquistas de espaços, como a inserção nas tropas especiais da polícia, como, por exemplo, a Rotam. Nesse caso, trabalhar significa não apenas obter satisfação com a atividade que se exerce e proporcionar a si, ou aos familiares, condições materiais de sobrevivência minimamente satisfatórias; significa, além disso, um triunfo que também é coletivo no sentido mais amplo, porque, pouco a pouco, essas pequenas-grandes conquistas vão redefinindo os papéis sociais historicamente reservados às mulheres, apesar de ser longa a estrada ainda a percorrer.

3 O FATOR SEGURANÇA PARA AS POLICIAIS DA ROTAM

Embora a família tenha uma certa noção das dificuldades e dos perigos a que as mulheres policiais estão expostas no seu ambiente de trabalho, continua a cobrar delas suas funções domésticas. Aliás, autores como Derenusson e Jablonski (2010) já haviam abordado essa questão ao explicarem que a autoridade exercida pelas mulheres no ambiente de trabalho pode não ser a mesma exercida no ambiente familiar.

Quando questionadas a respeito da forma como organizam sua vida sentimental e da possível relação de suas escolhas com o fato de serem policiais da Rotam, quatro das oito policiais militares declaram que se relacionam sentimentalmente com outros militares. Três delas declaram serem casadas, e uma namora com um policial militar. Cabe ressaltar esse fato: além de indicar a existência de um círculo de convivência social restrito – na medida em que os relacionamentos essencialmente são estabelecidos com pessoas da mesma profissão, embora esse grupo seja relativamente limitado para encontrar parceiros, se comparado com o restante da população –, mostra que as mulheres se relacionam com parceiros policiais militares com a expectativa de serem compreendidas por eles, que conhecem melhor as peculiaridades da profissão, pois creem que seria difícil para outros homens entender e aceitar que sua esposa precisa ausentar-se do lar em decorrência de viagens e escalas extras para atender às necessidades de serviço (DECKER;

WAGNER, 2002).

Os estudos de Carreiras (1997) apontam para o fato de que o casamento pode representar, para as mulheres em geral, e para as mulheres policiais em especial, uma forte limitação às suas ambições profissionais. Daí sua preocupação em escolher parceiros capazes de compreender as especificidades de sua atividade profissional. A autora ressalta que as mulheres policiais não percebem a escolha dos parceiros entre os colegas de trabalho como um fato negativo; elas fazem questão de destacar as vantagens dessa situação, pois ter um esposo ou companheiro que também é militar supostamente diminui os focos de conflito. As mulheres acreditam que os parceiros de mesma profissão entendem melhor as características pouco convencionais da profissão, como escalas extras, necessidade de viajar, riscos e estresse constantes. Assim, seria mais fácil haver a compreensão mútua das exigências profissionais, o que geralmente não ocorre quando o companheiro não faz parte da corporação (BLUMENSTEIN; FRIDELL; JONES, 2012; CARREIRAS, 1997; SOARES; MUSUMECI, 2005).

Das policiais entrevistadas, seis declararam ter filhos. Essas policiais comentam que participam da criação dos filhos, mas têm uma jornada de trabalho excessiva, tendo a responsabilidade de pertencer a uma tropa especial. Avaliam ser necessária uma estrutura emocional bastante consolidada, uma vez que ser profissional não as exime de suas responsabilidades de mãe. Não deixar transparecer na família, em particular para os filhos, a rigidez que adquirem no trabalho é algo que requer um exercício de autocontrole extremamente desenvolvido, a ser realizado com uma habilidade que nem todas conseguem. Embora essa habilidade seja necessária para não transportar para dentro das relações familiares todo o *stress* cotidiano do trabalho policial, também não pode haver um relaxamento completo das precauções próprias de quem é policial, visto que todo familiar é um alvo em potencial dos delinquentes. Retoma-se aqui mais uma vantagem apontada pelas policiais quanto à escolha de um parceiro que também seja policial: na ausência de um dos membros do casal por motivo de viagem, o outro pode continuar dando o suporte necessário à segurança da família.

Das oito policiais entrevistadas, cinco declararam que exercem suas atividades na área operacional e três, em setores administrativos. Possivelmente essas declarações decorrem do fato de que na Rotam, pelo menos formalmente, não há uma separação rigorosa entre os serviços operacionais e administrativos; quem exerce um tipo de atividade pode eventualmente ser convocado a exercer outro. Essa afirmação sugere uma nova configuração no emprego das policiais, pois, no início da Rotam, eram empregadas mais na área administrativa do que na parte operacional, as mulheres policiais vêm conquistando espaço no policiamento operacional, o que anteriormente era negado a elas (BRAGA, 2015). Porém, apesar do caráter esporádico de sua participação na área

operacional, as policiais parecem ter necessidade de destacar esse tipo de atividade como principal, na tentativa de dar mais legitimidade à sua condição de membro da Rotam.

Outro fato que denota que as policiais da Rotam creem que os riscos de sua escolha profissional influenciam as relações familiares é o desejo que a maioria delas manifesta de que os filhos não sigam a mesma carreira. Quando questionadas se gostariam que seus filhos seguissem a mesma profissão, a maioria das entrevistadas – cerca de 75% – foi bastante enfática em dizer que não. Essas policiais alegam que os mais diversos tipos de risco a que os policiais estão constantemente submetidos fazem-nas desejar que os filhos sigam outras trajetórias profissionais.

A escolha da profissão de policial, especificamente da condição de policial da Rotam, é uma decisão que tem consequências não apenas para quem pertence a essa tropa, como também para os demais membros de sua família. Ao ser questionada se o trabalho afeta negativamente sua família, a Cb¹⁵ Doralice¹⁶ declara:

[...] o trabalho que a gente desenvolve é um pouco arriscado, tanto ‘pra’ gente quanto ‘pra’ nossa família, às vezes o bandido que a gente prende, por coincidência acaba descobrindo onde a gente mora ou nossa família, eu acho que somente isso pode influenciar negativamente na nossa família em relação ao trabalho.

Outra policial, a Cb Gizele¹⁷, além de ratificar a percepção do perigo mencionada no depoimento anterior, indica outros aspectos que também afetam negativamente a família. Lamenta a falta de tempo para acompanhar mais de perto os problemas domésticos e dar mais atenção aos demais membros da família. A mesma policial revela que, em alguns casos, os familiares sacrificam suas próprias atividades de lazer para não se exporem a eventuais tentativas de vingança por parte dos delinquentes que sabem ser eles parentes de uma policial.

A Cb Arilene¹⁸ relata que, ao entrar para a polícia, teve de mudar completamente alguns hábitos; deixou, por exemplo, de frequentar certos lugares e procura sempre aqueles que, pelo menos aparentemente, oferecem mais segurança. Ela diz evitar determinados locais com seus familiares ou com o marido para não os expor desnecessariamente. No mesmo sentido é o depoimento da Sd¹⁹ Carla²⁰, que expressa a mesma preocupação com a segurança: “tem lugares que eu evito morar devido não poder viver tranquila como policial. Espero poder comprar uma casa em condomínio ou

¹⁵ Abreviatura de “cabo”.

¹⁶ Cb da Polícia Militar do Pará, há 7 anos e 7 meses na PMPA, trabalha desde novembro de 2011 na Rotam. Nesse período, trabalhou a maior parte do tempo na operacionalidade, atualmente trabalha mais na parte administrativa porque estuda e tem um filho de um ano de idade.

¹⁷ Cb da Polícia Militar do Pará, há 9 anos na PMPA, trabalha desde setembro de 2015 na Rotam, na parte operacional.

¹⁸ Cb da Polícia Militar do Pará, há 9 anos na PMPA, trabalha desde abril de 2015 na Rotam, atualmente trabalha mais na parte administrativa em razão de estudar.

¹⁹ Abreviatura de “soldado”.

²⁰ Sd da Polícia Militar do Pará, há 6 anos e 9 meses na PMPA, trabalha desde novembro de 2011 na Rotam, na parte operacional.

em lugar mais bem localizado, fora de áreas vermelhas”. A vida social acaba sendo restringida quando há um policial em casa, pois a família não pode mais frequentar determinados ambientes em razão dos riscos a que está exposta. A policial afirma ainda que não se trata apenas de estar em constante perigo, mas de perceber que seus familiares também podem correr perigo como consequência direta de sua atividade profissional como policial.

Os depoimentos dessas policiais convergem no sentido de que ambas afirmam ser a segurança de suas famílias potencialmente afetada pelo fato de serem policiais; essa situação ainda é mais tensa por pertencerem à Rotam, o que as torna mais visadas do que outros policiais devido ao tipo de intervenção realizado por essa tropa, que é quase famosa pela sua contundência. A tensão a que essas mulheres são submetidas fora do ambiente de trabalho, principalmente em locais de lazer com a família, tem como componentes básicos os riscos inerentes ao seu trabalho e o perigo que eles representam. Quando o policial é reconhecido nesses locais por alguns delinquentes, imediatamente toda a sua família fica exposta. Como em tais situações proteger simultaneamente a si mesma e a seus familiares é uma operação extremamente complexa e geralmente pouco eficiente, em geral a policial prefere ter uma vida social menos ativa para poder manter sua família em segurança. As policiais sabem que a família é seu ponto fraco, pois têm consciência de que seria muito mais fácil para um delinquente que pretenda vingar-se atingir diretamente um membro da família do que o próprio policial, que geralmente anda armado e frequentemente está atento, o que poderia proporcionar um desfecho fatal para o eventual agressor.

A mesma preocupação com a segurança dos lugares que frequenta estende-se aos locais de moradia. Das oito policiais entrevistadas, quatro declararam possuir residência própria; quanto às demais, duas disseram morar em residências alugadas e duas moram na casa dos pais; entre as que moram com os pais, uma é solteira e uma é divorciada, esta última tem dois filhos e conta que ajudou a construir a casa da mãe. Percebe-se nos depoimentos das entrevistadas que a dificuldade de obter a casa própria é um problema que afeta as policiais tanto quanto os demais membros da população. Como a maioria dos policiais, principalmente da categoria “praças”, é oriunda dos segmentos menos favorecidos economicamente da população e oriunda dos bairros periféricos da cidade, os baixos salários obrigam-nos a habitar em locais com menos serviços públicos, principalmente no que diz respeito à segurança, onde conseguem aluguéis mais baixos, ou passam a residir com os pais. Essa situação envolve um grande risco potencial porque coloca os familiares em perigo na medida em que os delinquentes da área podem sentir-se incomodados com a presença do policial e podem usar de pressões e ameaças exercidas sobre os familiares para fazê-lo sair da sua área de atuação ou simplesmente impedi-lo de atuar de forma mais incisiva nas proximidades de sua residência, dada a condição de insegurança em que se encontra a família do policial.

Como em relação aos locais de lazer e moradia, também o meio de transporte é uma preocupação de segurança para as policiais da Rotam. Seis das oito entrevistadas declararam utilizar transporte próprio para deslocar-se para a unidade onde trabalham. Esse dado torna-se relevante quando comparado com a informação de que uma parte significativa delas não possui residência própria. A decisão de adquirir seu próprio meio de transporte tem a ver com o fato de que as policiais que utilizam o transporte público ficam extremamente vulneráveis em sua segurança pessoal, principalmente devido ao grande número de assaltos que ocorrem nesse tipo de transporte; além disso, sabe-se que são inúmeros os casos de assaltos em que o policial, quando reconhecido, é executado sumariamente mesmo que não esboce reação. Assim, a preocupação em adquirir um veículo deve-se muito menos ao objetivo de conquistar um objeto de desejo e muito mais a uma tentativa de zelar pela própria segurança. Essas preocupações, que são comuns à maioria dos policiais, são especialmente constantes entre os policiais da Rotam, que são conhecidos e reconhecidos pela forma diferenciada como atuam. Evidentemente que a referência para o transporte próprio das policiais são os veículos de custo mais baixo e as motocicletas. Das policiais entrevistadas, seis possuem automóvel próprio e duas possuem motocicletas.

Para Castelhana, Santos e Lacomblez (2010), o trabalho policial associa-se à presença de riscos, às atividades por turnos, à imprevisibilidade e ao *stress* causado pelo desempenho na profissão, e todos esses fatores influem na segurança física e psicológica desses profissionais. Vale ressaltar que o encaminhamento aos serviços de psicologia não é comum em toda a polícia; nas unidades que não a Rotam, quando se envolve em ocorrências de natureza grave, o policial só é encaminhado ao setor de psicologia se pedir; todavia, para não demonstrar fraqueza, acaba não fazendo uso desse serviço. Como os policiais da Rotam envolvem-se com mais frequência em eventos e situações perigosos, o Comando de Missões Especiais (CME) encaminha os policiais diretamente implicados ao psicólogo, independentemente de solicitação.

Diante das inúmeras pressões sofridas pelas policiais diariamente, tanto em decorrência de suas atividades profissionais quanto da tensão que essas atividades geram em sua vida social e familiar, investigou-se o uso que fazem do setor de psicologia da PMPA. A Sd Carla comenta que já foi encaminhada a esse tipo de serviço: “[...] quando nos envolvemos em ocorrência com morte, somos chamados pra saberem nosso estado emocional, caso precise, somos afastados por uma semana, mas sempre consegui lidar bem com isso. Acredito que a prestação desse serviço é muito importante”. Outra policial, a Cb Gizele, afirmou que também já foi encaminhada ao serviço de psicologia, mas não ao de psiquiatria, e complementa: “[...] faz parte do procedimento do CME, o de psiquiatria ainda não foi necessário, considero ser de muita importância para que o policial possa estar bem mentalmente, haja vista que a carga de estresse é elevada em nossas vidas”.

4 O FATOR TEMPO PARA A POLICIAL DA ROTAM

Quando se pergunta sobre o tempo disponível para a família, as policiais falam da insuficiência do tempo de convivência com seus familiares. Mas as policiais que não têm filhos ou que estão solteiras atualmente experimentam as dificuldades relativas ao tempo de maneira diferente daquelas que são casadas e com filhos. A Sd Carla, por exemplo, comenta: “deixo minha família apenas quando preciso de dinheiro extra, por pouco tempo. Como são meus pais, eu acho suficiente, mas, se eu casar e tiver filhos, eu acho que deixaria a desejar”. Nesse caso, a entrevistada deixa claro que considera suficiente o tempo dedicado à família por não ter marido nem filhos; do contrário, o tempo de convivência não seria suficiente em razão da jornada de trabalho excessiva, que muitas vezes requer deslocamentos em serviço, inclusive para outras cidades. Nesse sentido, as policiais enfrentam, como os demais trabalhadores, os efeitos das dinâmicas da sociedade moderna, marcada pela dificuldade de dar atenção aos filhos e às relações conjugais. Por isso, as horas de folga do serviço, além de serem usadas como um momento de descanso antes da escala seguinte, são aproveitadas também para dar atenção à família, para fazê-la compreender o motivo das ausências.

No que diz respeito à forma como as policiais administram a questão do tempo e à ordem de suas prioridades, destacamos os depoimentos da Cb Eliana²¹, que ressalta: “a minha família vem em primeiro lugar, eu gosto muito da minha profissão, eu amo o que eu faço, mas a minha família vem sempre em primeiro lugar”. Esse depoimento reafirma a ideia de pessoa voltada para o lar, que tem o lar como prioridade, apesar de suas ausências (GRÖNKVIST; LAGERLÖF, 2000). Todavia, embora a família pareça prevalecer sobre o trabalho, nem sempre as coisas se dão dessa forma na realidade, como demonstra o depoimento da Cb Doralice, segundo o qual muitas vezes a família acaba ficando em segundo plano. Essa policial explica:

[...] na nossa profissão, muitas vezes a família fica em segundo plano quando a gente precisa desenvolver uma missão, ter que fazer uma viagem, a família tem que ficar de 15 a 30 dias sem ver a gente, então pra mim isso é colocar o trabalho acima da família, o seu filho, o seu marido vão ficar sem te ver todo esse período, e isso faz parte da profissão que você escolheu.

A depender da função específica que a policial esteja desempenhando, como, por exemplo, uma função administrativa, a maternidade pode ser vista como um período de poucos problemas e poucas alterações em sua condição profissional. Pelo menos é o que se depreende do depoimento da

²¹ Cb da Polícia Militar do Pará, há 11 anos e 6 meses na PMPA, trabalha desde agosto de 2014 na Rotam, na parte operacional.

Cb Neth²², a qual afirma: “[...] só adiei alguns projetos que foram retomados depois que finalizei minha licença-maternidade, porém não tiveram nenhum prejuízo na minha função, continuei exercendo normalmente sem nenhum problema”. Essa policial ressalta que a maternidade não foi motivo de impedimento para suas atividades, apenas houve um adiamento; quando possível, retomou normalmente suas funções. Por outro lado, o depoimento da Cb Gizele expressa uma opinião diferente sobre gravidez e maternidade: “[...] o trabalho dificulta a maternidade, o fato de ser mãe nos faz mais fortes e ao mesmo tempo mais tolerantes e pacientes em algumas situações”. Essa percepção divergente da relação entre a maternidade e o trabalho já havia sido pesquisada por Capelle e Melo (2010). As autoras ressaltam que as policiais procuram manter o desempenho sem deixar que a maternidade seja motivo de má avaliação. Com isso, desgastam-se mais do que os colegas homens, seja pela sobrecarga de trabalho, seja pelo estresse advindo dos conflitos entre a vida pessoal e a profissional. Mas elas se sentem orgulhosas quando conseguem conciliar o trabalho e a maternidade, embora essa conciliação nem sempre seja possível. Na análise dessas autoras, os filhos podem fazer a policial afastar-se das ruas, das atividades mais perigosas, e essa é uma forma de sacrifício que a mulher policial acaba fazendo na tentativa de conseguir conciliar vida pessoal e profissional; algumas policiais abrem mão da atuação na área operacional por esse motivo, como é exemplificado pelo depoimento da Cb Doralice:

Eu não sei nem como explicar que a maternidade me dificulta, eu ainda amamento meu filho, por enquanto eu estudo, eu não posso trabalhar, por exemplo, segundo turno que você começa nove horas da noite e larga nove horas da manhã, o meu filho ainda sente muito minha falta, por isso que eu estou no administrativo também, porque ele ainda está se adaptando a ficar sem mim.

O relato dessa policial traduz o quanto é desgastante essa jornada em que se acumulam trabalho, afazeres domésticos e eventualmente atividades acadêmicas ou escolares. Rocha-Coutinho (2013) ressalta que, em razão da sobrecarga de atividades domésticas e profissionais, algumas mulheres têm sido levadas a abrir mão, ao menos temporariamente, de uma ou de algumas dessas atividades que consideram importantes, seja o trabalho, seja a família. Tal necessidade de escolha tende a ocasionar arrependimentos futuros decorrentes do sentimento de incompletude de seus projetos pessoais e de frustração de suas expectativas de realização profissional. Conforme esclarecem Carreiras (1997) e Torres (2000), o casamento e mais especificamente a maternidade têm feito muitas mulheres colocarem a profissão em *stand-by*, pois, mesmo que trabalhem fora do ambiente doméstico, passam a ter dificuldades para dedicar-se por inteiro e sem culpa, seja às atividades profissionais, seja às atividades familiares; a mulher tem sempre presente a noção de que

²² Cb da Polícia Militar do Pará, há 7 anos e 7 meses na PMPA, trabalha desde julho de 2015 na Rotam, na parte operacional.

é dela que se espera que recue do seu investimento profissional em prol dos compromissos da vida familiar.

Tais dificuldades podem ser minimizadas quando a policial pode contar com uma rede de suporte familiar; essa rede ganha mais importância quando o marido ou companheiro também é policial, especialmente nas ocasiões em que a mulher policial precisa ausentar-se temporariamente do local onde atua para fazer viagens em operações por determinação de seus comandantes ou para cumprir escalas extras. O depoimento da policial Cb Arilene é esclarecedor: “o meu esposo também é militar, então ele entende essa situação de trabalho, de horas extras também”. As policiais entrevistadas relatam que, quando se trata de um casal de policiais, há uma tendência em compreender e aceitar melhor essas situações na medida em que o companheiro conhece as dificuldades inerentes à profissão. A Cb Neth também ressalta a importância do apoio familiar nessas situações de viagens e horas extras:

Como eu tenho, sempre tive o apoio da minha família, quando há necessidade de fazer uma viagem ou cumprir hora extra, ou devido a alguma ocorrência eu tenha que passar do horário de trabalho, eu faço isso sem problema nenhum porque eles sempre me apoiaram, sempre entenderam, sempre procuraram entender, e isso é essencial para um policial, a família entender o seu serviço, e graças a Deus eu nunca tive problema em relação a isso.

Quando não há mais filhos pequenos, o impedimento de viagens ou de horas extras acaba tornando-se menor, como relata a Sd Renata²³:

o meu filho, ele é grande já, então ele não dá trabalho como uma criança pequena, ele já consegue fazer as coisas dele só, então na verdade eu também tenho minha família e ele acaba ficando com eles, mas, se ele fosse pequeno, seria bem complicado, provavelmente não iria conseguir.

Embora as policiais afirmem conseguir contornar os conflitos e dificuldades para conciliar a atividade profissional com a vida familiar, trabalhos como o de Norvell, Hills e Murrin (1993) mostram que as diversas mudanças de turno, o fato de estarem constantemente concentradas nos problemas do trabalho e de não “conseguirem desligar” influem diretamente na qualidade de sua vida tanto profissional quanto familiar.

Algumas policiais reconhecem ser impossível desconectar completamente os problemas profissionais dos problemas domésticos, mas evitam comentar os problemas do trabalho em casa com os familiares; somente fazem alguma referência a problemas que porventura estejam enfrentando quando são questionadas pelos parentes, que percebem no comportamento delas que alguma coisa não vai bem. Não comentando suas dificuldades e seus problemas do trabalho, deixam de solicitar o apoio dos familiares para ajudá-las a superar o momento difícil e com isso têm de suportar sozinhas a

²³ Sd da Polícia Militar do Pará, há 3 anos e 7 meses na PMPA, trabalha desde janeiro de 2015 na Rotam, atualmente trabalha mais na parte administrativa.

sobrecarga de *stress* (GÄCHTER; SAVAGE; TORGLER, 2011). O depoimento da policial Sd Renata é esclarecedor a esse respeito:

Tento evitar ao máximo falar do trabalho em casa, quando porventura eu tiver com algo que me aborreça ou alguma coisa assim devido o trabalho, às vezes eu até falo, principalmente ‘pro’ meu filho que eu não ‘tô’ muito legal, aconteceram coisas que não foram legais, então pra não passar aquilo pra ele, mas evito sempre tá falando as coisas que acontecem.

É igualmente claro o depoimento da Cb Eliana sobre a impossibilidade de desvincular a vida pessoal da vida profissional e a tentativa de omitir da família os problemas do trabalho:

Eu acho que não tem como não levar pra casa assuntos do trabalho, mas eu procuro evitar, tem dias que a gente chega no trabalho e tá mais calado, isso acontece muito comigo, eu ‘tô’ mais calada, mas eu procuro não descontar em ninguém, o mesmo acontece em casa, tem dias que eu chego em casa e ‘tô’ mais calada, geralmente eu ‘tô’ com dor de cabeça, pois vivo com enxaqueca, mas eu procuro não levar, mas a gente não tem como não levar, mas eu procuro amenizar da melhor forma possível.

O acúmulo da maternidade, vida familiar e trabalho pode suscitar na mulher depressão, exaustão, ansiedade, baixa satisfação com o casamento, desempenho reduzido, menor bem-estar no trabalho, menor satisfação com o trabalho e maior *stress*. Os conflitos entre as exigências do trabalho e da família tornam-se mais acentuados quando as demandas do trabalho e da família colocam em rota de colisão os múltiplos papéis que as mulheres desempenham, e as cobranças aumentam. De acordo com Ladeira (2000), essa constante necessidade de conciliar papéis familiares e profissionais tem limitado a disponibilidade das mulheres para o trabalho, como fica evidente no depoimento da Cb Doralice, que revela a extensão dessa dificuldade em administrar o tempo e conciliar papéis:

O meu esposo e meu filho eu só vejo à noite, na hora de dormir, oito horas, eu chego cansada, como te falei, eu estudo de manhã e trabalho à tarde, até a noite, o meu marido também estuda e trabalha, o meu filho fica com a mãe dele, e por incrível que pareça eu chego assim em casa e, quando eu não estou muito cansada, eu tenho um tempo de brincar com ele, de dar atenção pra ele, de saber o que ele fez, de acompanhar o desenvolvimento dele, porque ficar com meu filho mesmo eu só tenho aos domingos, porque aos sábados eu faço um estágio no colégio NPI, que é uma escola da UFPA, e eu só tenho tempo mesmo pra ele aos domingos. Não considero esse tempo suficiente, meu marido ele viajou ontem a serviço, ele vai passar vinte dias fora e pra mim a gente nem teve tanto tempo de aproveitar assim antes dele viajar porque eu estava trabalhando, daí você ver que a gente não tem tanto tempo de dar a atenção devida pra marido, pra filho, pra mãe, eu só estou falando isso aqui do meu marido e do meu filho, mas a família é muito mais que isso, às vezes eu fico semanas sem ver minha mãe e ela mora perto da gente, porque a falta de tempo, como eu te falei, eu chego à noite pra dormir, cansada, entendeu, mas é o que a gente escolhe, a gente quer buscar se qualificar, a gente quer buscar alguma coisa maior, então, além de trabalhar, eu ‘tô’ estudando pra me qualificar profissionalmente.

A falta de tempo para estar junto do filho, acompanhando seu crescimento, e os poucos

momentos que pode dedicar à vida conjugal são muito marcantes nesse depoimento; por conta da múltipla jornada, a policial precisa ser mãe, dona de casa, esposa e profissional; isso faz com que recaia sobre ela uma carga excessiva de cobranças, de pressões, de frustrações e de sentimento de culpa.

5 CONCLUSÃO

A maioria das pessoas não tem uma ideia muito clara das singularidades e dos momentos difíceis que marcam a vida das mulheres que escolhem como profissão a atividade policial; tampouco tem uma noção muito clara de que tal escolha afeta definitivamente não apenas a própria vida das policiais como também a de seus familiares, inserindo-os em um contexto de riscos e de vulnerabilidades que normalmente não fazem parte do cotidiano de quem tem parentes em outras profissões. O desgaste físico e mental decorrente da constante tensão e da necessidade de conciliar atividades domésticas e atividades profissionais e as cobranças vindas de ambos os lados levam inevitavelmente a um transbordamento dos problemas profissionais, que afetam o ambiente familiar, embora a policial tente constantemente preservar sua família das dificuldades mais duras que envolvem seu cotidiano de trabalho. Por outro lado, ao mesmo tempo que a família cobra da policial o cumprimento de seus papéis domésticos – e essa cobrança funciona como um reforço negativo para os seus projetos profissionais –, a família funciona como um suporte capaz de ajudá-la a enfrentar a aridez do cotidiano de uma tropa especial.

Ser mulher e policial, e mais precisamente pertencer a uma tropa especial como a Rotam, é uma conquista que não elimina contrapartidas custosas. O preço a ser pago pela policial para poder ocupar esse espaço profissional envolve uma série de restrições decorrentes da constante e inevitável preocupação com a sua segurança e com a de sua família, pois todo familiar de policial é uma vítima em potencial e, dependendo do local onde mora, do lazer que desfruta e do meio de transporte que utiliza, os riscos a que está exposto podem ser extremamente elevados. Além dessas preocupações, a policial precisa afirmar-se diante dos seus pares como profissional, e a atuação na área operacional é parte desse processo de afirmação. Embora a Rotam encaminhe seus policiais para o serviço de psicologia toda vez que ocorre uma intervenção policial que resulta em morte, cremos que uma maior assistência deveria ser oferecida também aos policiais que enfrentam problemas para conciliar as tensões da sua vida particular com as da vida profissional, pois, caso não contem com o suporte adequado para manter-se em condição de equilíbrio, poderão comprometer o desempenho das equipes táticas às quais pertencem.

A participação das mulheres na Rotam inscreve-se num processo mais amplo de busca de

acesso à plenitude de seus direitos civis, após terem vivido durante um longo período da história em uma posição social que lhes proibia o exercício da cidadania plena, uma vez que lhes vetava certos espaços profissionais. Ao conquistarem o direito de disputar espaço nessas arenas tradicionalmente masculinas, as mulheres policiais – aliás, como todas as demais mulheres trabalhadoras – passaram a enfrentar os dilemas e os efeitos das dinâmicas da vida moderna, em que a insuficiência de tempo para a convivência familiar e a obrigação de escolher como prioridade o trabalho ou a família geram sofrimentos psicológicos. De fato, essa colisão de papéis pode levá-las a abrir mão de projetos profissionais importantes para sua carreira com o intuito de priorizar a família. A dificuldade de administrar o tempo tem sido o grande desafio não só para as policiais da Rotam como para qualquer mulher que decida construir uma carreira profissional e ao mesmo tempo formar uma família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Delvair de Brito. **Trabalho, educação e conhecimento na enfermagem: uma contribuição aos estudos sobre a força de trabalho feminina**. Salvador: Dankat, 1997.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BLUMENSTEIN, Lindsey; FRIDELL, Lorie; JONES, Shayne. The link between traditional police sub-culture and police intimate partner violence. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 35, n. 1, p. 147-164, 2012.

BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **O Portal dos Psicólogos**, v. 185, p. 1-12, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Élide Damasceno. A mulher nas unidades operacionais da Polícia Militar de Sergipe. In: NUMMER, Fernanda Valli; FRANÇA, Maria Cristina Caminha Castilho França (Org.). **Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas**. Belém: GAPTA/UFGPA, 2015. p. 197-223.

CALAZANS, Márcia Esteves de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. 2003. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. **La Salle: Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 10, n. 2, p. 21-34, jul./dez. 2005.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas gerais. **Revista de**

Administração Mackenzie, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-99, 2010.

CARREIRAS, Helena. Família, maternidade e profissão militar. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 69-81, 1997.

CASTELHANO, Joana; SANTOS, Marta; LACOMBLEZ, Marianne. A reconciliação dos riscos profissionais com a preservação de si próprio e da família: influências de gênero nas opções de carreira na PSP. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM PSICOLOGIA, 7., 2010, Braga. **Actas...** Braga: Universidade do Minho, 2010. p. 2006-2018.

DECKER, Scott H.; WAGNER, Allen E. Denúncias da família e dos cidadãos contra a polícia: uma análise de suas interações. In: GREENE, Jack R. **Administração do trabalho policial: questões e análises**. São Paulo: Edusp, 2002. p. 119-136.

DERENUSSON, Fernando C.; JABLONSKI, Bernardo. Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família policial. **Aletheia**, Canoas, n. 32, p. 22-37, maio/ago. 2010.

DICK, Penny; NADIN, Sara. Reproducing gender inequalities? A critique of realist assumptions underpinning personnel selection research and practice. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 79, n. 3, p. 481-498, Sept. 2006.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

GÄCHTER, Martin; SAVAGE, David A.; TORGLER, Benno. The relationship between stress, strain and social capital. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 34, n. 3, p. 515-540, 2011.

GRÖNKVIST, Lars; LAGERLÖF, Eizabeth. A saúde e o trabalho das mulheres europeias. In: MESSING, Karen (Ed.). **Compreender o trabalho das mulheres para o transformar**. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2000. p. 35-50.

HE, Ni; ZHAO, Jihong; ARCHBOLD, Carol A. Gender and police stress: the convergent and divergent impact of work environment, work-family conflict, and stress coping mechanisms of female and male police officers. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 25, n. 4, p. 687-708, 2002.

LADEIRA, Kátia de Freitas. **Dupla jornada da mulher e qualidade de vida: a influência do nível socioeconômico nas estratégias de conciliação entre o tempo laboral e o tempo familiar**. 2000. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia familiar)- Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. 2000.

MORASH, Merry; KWAK, Dae-Hoon; HAARR, Robin. Gender differences in the predictors of police stress. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 29, n. 3, p. 541-563, 2006.

NICOLAU, Álvaro Antônio. Ensaio sobre o sofrimento psicológico de policiais. **FGR em Revista**, Belo Horizonte, ano 3, n. 4, p. 45-57, ago. 2009.

NORVELL, Nancy K.; HILLS, Holly A.; MURRIN, Mary R. Understanding stress in female and

male law enforcement officers. **Psychology of Women Quarterly**, v. 17, n. 3, p. 289-301, Sept. 1993.

OLIVEIRA, Francisco Malta de; FERREIRA, Maria da Luz Alves. Mulheres policiais: considerações sobre o trabalho policial feminino. **Prelúdios**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, v. 2, n. 2, p. 111-125, jan./jun. 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncio da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2005.

PRIYADHARSHINI, Rekha A.; WESLEY, Reeves J. Personality as a determinant of work-family conflict. **Journal of Industrial Engineering and Management**, v. 7, n. 5, p. 1037-1060, 2014.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e família**: transmissão, conflito e violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 13-33.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: presença feminina na polícia militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012. 144 p.

TORRES, Anália. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CHICCELLI, Vincenzo (Org.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 135-156.

Capítulo 3 – Considerações Finais

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Do que foi apresentado nesta dissertação, podemos inferir que o ingresso e a permanência da mulher nas tropas especiais da Polícia Militar são marcados por desafios diários ligados à afirmação de sua identidade e ao pertencimento a essa tropa. Para chegarmos a essa conclusão, fez-se necessário compreender que as mulheres ocuparam vários espaços, conseguindo acessar este espaço a partir da segunda metade do século XX.

O ingresso das mulheres na polícia Militar do Estado do Pará, e mais especificamente na Rotam, permitiu que produzissem sobre esse espaço relacional algumas modificações e algum reconhecimento na profissão, embora ainda reste um longo caminho a percorrer, pois a discriminação ocorre de forma velada, não sendo algumas vezes percebida pela própria policial. Ela está presente em pequenos gestos ou nas falas que mencionam a fragilidade e a falta de confiança no trabalho da mulher. A luta por parte daquelas que escolheram essa profissão é diária, tendo de provar o tempo todo que são capazes e que merecem o respeito de superiores, pares e subordinados.

Constatou-se que, ingressar na polícia de forma geral foi um processo delicado, o ingresso em uma tropa especializada foi ainda mais doloroso, uma vez que as tropas especiais atuam em momentos em que a força policial comum não consegue conter as situações. Os policiais da Rotam passam por um treinamento mais pesado e geralmente são vistos com outros olhos por colegas da própria instituição. Apesar das desconfianças as mulheres têm demonstrado competência e buscam o mesmo protagonismo profissional que seus colegas do sexo masculino.

A pesquisa permitiu verificar que as mulheres voltaram-se para a Rotam em busca de conhecimento e de reconhecimento profissional; veem a profissão não apenas como um emprego, mas como uma realização pessoal, uma fonte de admiração. Enfrentam e superaram os desafios que lhes foram impostos nesse ingresso, sendo submetidas aos mesmos treinamentos que os homens, sem nenhum tipo de privilégio; por essa razão, a conquista desse espaço ganha um diferencial ainda maior.

As mulheres que pertenceram à Rotam demonstraram uma preocupação muito grande em não decepcionar e querem passar confiabilidade para os demais policiais mostrando que são confiáveis.

Uma questão relevante a ser destacada é o assédio moral e sexual nesse ambiente de trabalho, em que predominam os homens. A literatura ressalta a gravidade dessa problemática e suas consequências tanto no ambiente profissional quanto no familiar, em termos biopsicossociais.

Algumas mulheres relataram já terem passado por uma situação de assédio no ambiente de trabalho, outras entenderam o assédio como brincadeiras tipicamente masculinas. Os depoimentos das que afirmam terem passado por alguma experiência desse tipo permitiram constatar que o assédio dá-se nas mais diferentes escalas hierárquicas e que a mulher teme levar essa situação adiante por medo de não ser dada a devida atenção ao problema, ou em razão da exposição que uma denúncia pode causar para a própria policial.

O *stress* policial também foi algo relevante percebido na pesquisa, manifesta-se em razão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na luta constante pela afirmação no espaço policial e dos conflitos enfrentados no âmbito familiar. Por terem de dar conta de uma multiplicidade de papéis, essas mulheres carregam uma carga de responsabilidade que as vezes se torna excessivamente pesada em decorrência do *stress* que acumulam, acabam por desenvolver doenças físicas e psicológicas, uma das principais doenças é a síndrome de Burnout.

Sobre a relação entre trabalho e família, as mulheres que pertencem à Rotam, a pesquisa indica que sua condição de policial não as exime de suas funções familiares. As dificuldades enfrentadas por essas profissionais, nessa difícil conciliação, são ainda mais complexas, pois elas têm uma restrição no círculo de amizade, nos lugares que frequentam, além das escalas de serviço que dificultam o convívio familiar.

É imperativo afirmar que a sobrecarga de trabalho que as mulheres acumulam pode resultar num mau desempenho tanto profissional quanto familiar. De acordo com os resultados da pesquisa, 50% das entrevistadas relacionam-se afetivamente com outros militares, pois estão convencidas de que serão melhor compreendidas se estiverem com alguém que conheça as peculiaridades da profissão, como escalas extras e viagens; homens de outras áreas profissionais teriam mais dificuldade para aceitar essas peculiaridades, o que causaria maior instabilidade na relação afetiva.

Outro aspecto pesquisado foi a existência de filhos. A maioria das entrevistadas diz estar presente na criação deles, mas aqui temos a parte mais espinhosa da relação entre trabalho e família. Com efeito, a maternidade pode ser colocada à prova quando se trata da conciliação da vida familiar, a vida profissional e tempo dedicado a cada uma das partes. Muitas vezes, a policial tem de desacelerar o crescimento profissional, deixando de participar de cursos ou de complementar a renda por meio de viagens, para poder dar atenção aos filhos.

É relevante ainda ressaltar que a maioria das mulheres que pertencem à Rotam atualmente trabalha na parte operacional, o que revela uma mudança em relação ao que se apresentava no início. Outro aspecto observado é que a maioria dessas mulheres não deseja que seus filhos sigam a profissão policial por conhecerem os riscos inerentes à profissão; logo, mesmo demonstrando amor e dedicação a sua profissão, elas entendem a dimensão do perigo que as rodeia e, por essa razão,

não desejam que os filhos sigam a mesma carreira.

Ainda foi observado o fato de que a decisão de ser policial não afeta apenas a vida das policiais, afeta também toda sua estrutura familiar. As policiais acabam tendo uma vida limitada em decorrência de sua profissão, pois uma forma de afetá-las seria atingindo a família. Por isso, as policiais deixam de frequentar alguns ambientes, sacrificando os momentos de lazer da própria família. A preocupação com os lugares que frequentam também se estende ao local de moradia, pois morar em lugares que não são adequados em razão dos baixos salários coloca em risco sua segurança e a de seus familiares. Além da moradia, a pesquisa examinou os meios de transporte utilizados por essas policiais, tendo constatado que todas as entrevistadas possuem um meio de transporte próprio. Isso é de suma importância, pois a utilização do transporte público representa para elas uma vulnerabilidade muito grande, em decorrência do grande número de assaltos que acontecem nos coletivos e no risco de vida que correm ao serem identificadas como policiais nessas situações. Outro aspecto que também foi revelado pela pesquisa está ligada à assistência psicológica que é dada aos policiais que pertencem à Rotam, uma prática do CME. Como esses policiais envolvem-se mais em conflitos, por serem designados para trabalhar em manifestações, situações de reintegração de posse, revistas em presídios ou situações de perigo, precisam de assistência psicológica.

O fator tempo para as policiais da Rotam é também uma questão fundamental. Quando questionadas sobre o tempo que dedicam à família, elas enfatizaram que o tempo disponível para as relações familiares é insuficiente. Em relação à ordem de prioridades na utilização desse tempo, ressaltam que a família é a prioridade, embora não disponham de muito tempo para dedicar-lhes. As mulheres sentem-se orgulhosas quando conseguem conciliar trabalho, maternidade e família, mas é uma jornada muito desgastante, que exige delas um esforço muito grande. Algumas não conseguem conciliar tantas atribuições, mesmo que temporariamente algumas vezes tenham de abrir mão de uma ou de algumas atividades. Essas dificuldades são amenizadas quando elas contam com o suporte familiar.

Portanto, é possível concluir que o avanço das mulheres na polícia e na tropa especial denominada Rotam foi notório nas últimas décadas, porém esse avanço veio acompanhado de desconfiança por parte dos colegas de farda e trouxe para a mulher a necessidade de uma autoafirmação: as policiais buscam a excelência no trabalho, tendo o tempo todo de provar sua capacidade. Apesar das dificuldades enfrentadas sentem orgulho de ter feito ou de fazer parte daquela unidade policial. Foi constatado ainda que, ao ingressar na polícia, as mulheres não têm a real noção do quanto sua vida e a de seus familiares serão afetadas pela profissão; o desgaste físico e mental é imenso, e não dá para desvincular profissão e família, pois estão intimamente ligadas.

Os resultados obtidos são consequência da pesquisa que desenvolvemos neste Mestrado. O Programa de Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, nos seus seis anos de existência, conta com a participação de vários oficiais dos grandes comandos da PMPA, pessoas que fazem parte da alta administração da polícia. Por ser praça da polícia militar, tive muitas dificuldade para participar desse programa e, conseqüentemente, para realizar a pesquisa, uma vez que foi necessário contar com a complacência de meus comandantes e chefes para que pudesse ser liberada para estudar e desenvolver a pesquisa. Outra grande dificuldade deveu-se à necessidade de deslocamento: por morar no interior do Estado, tinha que me deslocar até a capital para que pudesse operacionalizar a pesquisa de campo, uma vez que a base da Rotam fica em Belém.

Para o primeiro artigo, entrevistei mulheres que não pertenciam mais à Rotam. Não foi fácil localizar essas mulheres. Conteí com a ajuda do CME, que me repassou os nomes; a partir de então, foi possível conseguir os telefones por meio do Sistema Integrado de Polícia (SIGPOL) para então localizá-las. A recusa por parte de algumas em participar da pesquisa também foi uma dificuldade, argumentaram que não tinham nenhuma contribuição a dar para o trabalho ou que, por terem passado pouco tempo na Rotam, suas falas não seriam essenciais.

No que diz respeito ao segundo artigo, podemos ressaltar como dificuldade a incompatibilidade de horários das policiais. Foi difícil realizar mais de uma entrevista em um único dia, pois sempre acontecia de uma policial já ter saído de serviço e de outra já ter ido compor a viatura para alguma atividade daquele dia, e geralmente demoravam para voltar à base.

3.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Com base no que foi exposto nesta dissertação, algumas sugestões de pesquisas futuras podem ser indicadas, visando a investigação minuciosa do trabalho dessas mulheres na Rotam:

- a) analisar a percepção dos homens em relação ao ingresso das mulheres na Rotam;
- b) investigar de forma mais profunda o sofrimento que o trabalho nas tropas especiais pode causar em quem o realiza;
- c) estudar a relação entre *stress* e trabalho para as mulheres da Rotam;
- d) pesquisar a carga horária de trabalho das mulheres na Rotam e sua disponibilidade de tempo para a família;
- e) entrevistar a família das policiais, com o objetivo de perceber seus posicionamentos sobre o trabalho das mulheres pertencentes à Rotam;
- f) entrevistar os cônjuges, na tentativa de verificar ou de confirmar a percepção de que os cônjuges militares são mais compreensivos em relação às esposas, pelo fato de também serem

militares;

g) avaliar o impacto psicológico na policial e na sua família decorrente de sua atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneiro, 2001.
- ARCHBOLD, Carol A.; SCHULZ, Dorothy Moses. Research on women in policing: a look at the past, present and future. **Sociology Compass**, v. 6, n. 9, p. 694-706, Sept. 2012.
- AREMU, Amos Oyesoji; ADEYOJU, C. Adeola. Job commitment, job satisfaction and gender as predictors of mentoring in the Nigeria Police. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 26, n. 3, p. 377-385, 2003.
- BECK, Adrian; BARKO, Vadym; TATARENKO, Alina. Women militia officers in Ukraine: exploring their experiences in a post-Soviet policing organisation. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 26, n. 4, p. 548-565, 2003.
- CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2011.
- COLLINS, Sue Carter. Sexual harassment and police discipline: who's policing the police. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 27, n. 4, p. 512-538, 2004.
- COWEN, Deborah; SICILIANO, Amy. Surplus masculinities and security. **Antipode**, v. 43, n. 5, p. 1516-1541, 2011.
- DICK, Penny; NADIN, Sara. Reproducing gender inequalities? A critique of realist assumptions underpinning personnel selection research and practice. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 79, n. 3, p. 481-498, Sept. 2006.
- DODGE, Mary; VALCORE, Laura; GOMEZ, Frances. Women on SWAT teams: separate but equal? **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 34, n. 4, p. 699-712, 2011.
- GIRODO, Michel. Personality and cognitive processes in life and death decision making: An exploration into the source of judgment errors by police special squads. **International Journal of Psychology**, v. 42, n. 6, p. 418-426, Dec. 2007.
- GREENE, Helen Taylor; DEL CARMEN, Alejandro. Female police officers in Texas: perceptions of colleagues and stress. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 25, n. 2, p. 385-398, 2002.
- HE, Ni; ZHAO, Jihong; ARCHBOLD, Carol A. Gender and police stress: the convergent and divergent impact of work environment, work-family conflict, and stress coping mechanisms of female and male police officers. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 25, n. 4, p. 687-708, 2002.

HICKMAN, Matthew J.; PIQUERO, Alex R.; GREENE, Jack R. Discretion and gender disproportionality in police disciplinary systems. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 23, n. 1, p. 105-116, 2000.

HIRSCHFIELD, Paul J. Lethal policing: making sense of American exceptionalism. **Sociological Forum**, v. 30, n. 4, p. 1109-1117, Dec. 2015.

LARKINS, Erika Robb. Performances of police legitimacy in Rio's hyper favela. **Law & Social Inquiry**, v. 38, n. 3, p. 553-575, Summer 2013.

LEITE, Máurea Mendes. **Origens sociais e trajetórias profissionais das primeiras mulheres policiais pertencentes ao círculo de oficiais da Polícia Militar do Pará**. 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MANDEL, David R. Gender differences in attitudes toward police use of tasers following the Dziekanski case. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, v. 13, n. 1, p. 310-326, 2013.

MARKS, Monique. Looking different, acting different: struggles for equality within the South African Police Service. **Public Administration**, v. 86, n. 3, p. 643-658, Sept. 2008.

MCCARTY, William P. Gender differences in burnout among municipal police sergeants. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 36, n. 4, p. 803-818, 2013.

MCCARTY, William P.; ZHAO, Jihong "Solomon"; GARLAND, Brett E. Occupational stress and burnout between male and female police officers. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 30, n. 4, p. 672-691, 2007.

MCMICHAEL, Christopher. Urban pacification and "blitzes" in contemporary Johannesburg. **Antipode**, v. 47, n. 5, p. 1261-1278, Nov. 2015.

MORASH, Merry; KWAK, Dae-Hoon; HAARR, Robin. Gender differences in the predictors of police stress. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 29, n. 3, p. 541-563, 2006.

NOVAK, Kenneth J.; BROWN, Robert A.; FRANK, James. Women on patrol: an analysis of differences in officer arrest behavior. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 34, n. 4, p. 566-587, 2011.

PHILLIPS, Sarah D. The women's squad in Ukraine's protests: feminism, nationalism, and militarism on the Maidan. **American Ethnologist: Journal of American Ethnological Society**, v. 41, n. 3, p. 414-426, Aug. 2014.

POULIAKAS, Konstantinos; THEODOSSIOU, Ioannis. The economics of health and safety at work: an interdisciplinary review of the theory and policy. **Journal of Economic Surveys**, v. 27, n. 1, p. 167-208, Feb. 2013.

ROSANDER, Michael; GUYA, Gunilla. Keeping the peace: police behaviour at a mass event. **Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling**, v. 9, n. 1, p. 52-68, Jan. 2012.

SIEMENS, Ferdinand A. von. Social preferences, sorting, and competition. **The Scandinavian Journal of Economics**, v. 114, n. 3, p. 780-807, Sept. 2012.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: presença feminina na polícia militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TANNER, Julia. Clarifying the concept of cruelty: what makes cruelty to animals cruel. **The Heythrop Journal**, v. 56, n. 5, p. 818-835, Sept. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A

CARTILHA “POLICIAIS FEMININAS: RECOMENDAÇÕES BÁSICAS DO DIA A DIA

PARA

The background features the coat of arms of the Brazilian Military Police. It consists of a central shield with a yellow helmet, a sword, and a banner. The shield is flanked by green laurel branches. Above the shield is a blue star. The banner at the bottom contains the text 'POLICIA MILITAR' and the year '1818'.

**POLICIAIS FEMININAS:
RECOMENDAÇÕES
BÁSICAS DO DIA A DIA**

POLICIA MILITAR
1818

É necessário entender a percepção que as mulheres policiais têm do exercício da sua profissão e a influência desta nas relações familiares.



Fonte: http://emborrachadosmilitares.com.br/loja1/product.php?id_product=1183.

Partindo desse princípio, esta cartilha propõe destacar algumas recomendações sobre determinados aspectos da rotina policial militar.



Fonte: http://www.imgrum.org/user/pmpa_praca/2029498578/1250120834844453889_2029498578.

Créditos

Texto: Regina Ferreira Lobato- CB PM; **Imagens:** Internet.

- Organize suas rotinas;
- Divida as tarefas com seu companheiro;
- Valorize o tempo em família;
- Envolver seu esposo na sua carreira;
- Não leve as preocupações do trabalho dentro de sua casa;
- Busque o equilíbrio entre a família e o trabalho.



Fonte: <http://alessandrafaria.com/2014/02/socorro-minha-bunda-caiu/mulher-escrava-do-mundo-moderno/>.

Ter que conciliar a vida profissional e familiar, é um dos nossos grandes desafios.



Fonte: <https://ameseluta.blogspot.com.br/2016/06/nao-adianta-subsidio-sem-promocao.html?m=1>.

➤ Peça ajuda aos demais membros da sua família quando tiver dificuldade de conciliar sua escala de trabalho com o cuidado de seus filhos.



Fonte: <http://www.dafertilidadeamaternidade.com.br/2015/05/situacoes-e-fases-engracadas-da.html>.

➤ Busque equilibrar o tempo entre trabalho e os filhos;

➤ Quando estiver em casa dê atenção aos filhos;

➤ Em dias de folga, separe um momento para passear com os filhos.



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/kosogkaos/>.

➤ Pais policiais devem ter muito cuidado para que seus filhos não tenham acesso as suas armas, assim como não devem manusear o armamento próximos dos filhos ou outros familiares, para que esse instrumento de trabalho não venha a ser uma ameaça para a sociedade;

➤ Preste muita atenção em seus filhos adolescentes: o fato de terem mãe policial não os deixa a salvo de se envolverem em más companhias.



Fonte: <http://arquivoocupa.blogspot.com.br/2012/02/na-charge-carlos-latuff-aos-que-lutam.html>.

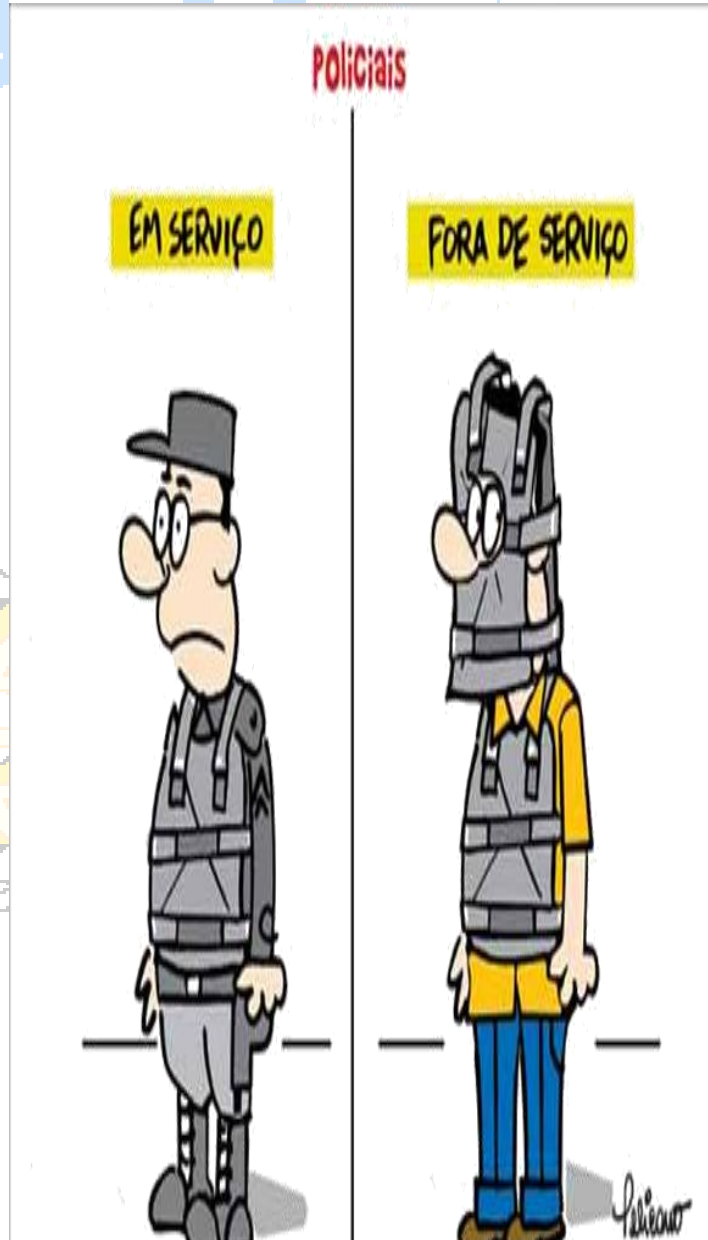
A mulher policial precisa ter:

- Identidade;
- Reconhecimento;
- Valorização;
- Senso de pertencimento;
- Afirmação individual e de grupo;
- Exercer com competência os serviços.



Fonte: <http://www.planobrazil.com/2013/04/12/>.

- Frequente lugares seguros;
- Reconheça os limites do poder de polícia;
- Treine exaustivamente;
- Busque controle emocional;
- Os familiares de policiais acabam sendo vítimas em potencial, por essa razão devem redobrar os cuidados com a segurança.



Fonte: <http://www.papodepm.com/2016/01/charge-policia.html>.

- Quando o policial não estiver com os equipamentos adequados para a atividade policial pode se recusar a exercer sua atividade e deve fazer uma parte a seu comandante relatando os fatos.



Fonte: <https://www.google.com.br/search?sa=G&hl=ptBR&q=cartoon&tbn=isch&tbs=simg>.



Fonte: <http://arquivos.tribunadonorte.com.br/fotos/131153.jpg>.

➤ O policial deve sempre passar por treinamentos para não ser surpreendido em confrontos ou no momento de folga;



Fonte:

<http://pibidletrasotao.blogspot.com.br/2011/04/charge>

➤ Evitar exposição em ambientes que lhe ponham em perigo.



Fonte: <https://policialedopovo.wordpress.com/2011/06/22/charge-pm-sem-anjo-da-guarda/charge-pm-sem-anjo-da-guarda/>.



Fonte:

<http://blogdainseguranca.blogspot.com.br/2011/02/mapa-da-violencia-o-alento-no-sudeste.html>.

➤ A família deve funcionar como um suporte capaz de ajudá-la a enfrentar a aridez do cotidiano policial;

➤ A policial não pode permitir que a dureza da atividade atinja sua família ;

➤ Blande a família de situações de perigo.



Fonte:https://www.google.com.br/search?q=patria+tudo+se+da+em+nada+se+pede&hl=ptBR&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjIxZCG2fLXAhWGGpAKHcbDCqMQ_AUICigB&biw=1366&bih=637#imgrc=SGfGprb_X81m8M:

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO ARTIGO CIENTÍFICO 1
QUESTIONÁRIO

- 1- O que fez você ir para a ROTAM? Você sentiu alguma dificuldade em conseguir ir para essa Unidade?
- 2- Existem diferenças entre os trabalhos feitos por homens e por mulheres na ROTAM?
- 3- Você foi bem recebida pelos outros policiais do sexo masculino? Sentiu alguma dificuldade de adaptação?
- 4- Você sentia que os seus colegas do sexo masculino confiavam no seu trabalho?
- 5- Você se sentia realizada profissionalmente dentro das atribuições que desempenhava na Rotam?
- 6- Como sua família e seus amigos encaravam o fato de você pertencer à Rotam?
- 7- Você se arrepende de ter saído?
- 8- O treinamento que você recebeu é o mesmo de todos os policiais ou existe diferença no treinamento das mulheres?
- 9- Você preferia trabalhar com homens ou com outras mulheres? E por quê?
- 10- Você se sentia estressada? Você acha que o seu estresse tinha alguma coisa a ver com o seu trabalho na Rotam? Explique, por favor.
- 11- Você já sofreu algum tipo de assédio no ambiente de trabalho? Como foi? Como contornou a situação?
- 12- A família apoiou seu ingresso na polícia e posteriormente na Rotam? O apoio ou a falta dele pode ter influenciado seu desempenho?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO ARTIGO CIENTÍFICO 2

Composição familiar e dados socioeconômicos
1 – Idade:
2 – Estado civil atual: Casada () / Divorciada () / Solteira () / Morando com companheiro ()
3 – Número de filhos:
4 – Filhos seus de outro relacionamento (se houver):
5 – Idade dos seus filhos (se houver):
6 – Natureza do serviço da policial: Interno – expediente () / Externo – policiamento ()
7 – Você exerce (ou exercia) outra atividade além do trabalho policial? Sim () / Não ()
8 – Residência: Própria () / Alugada () / de Parentes () / Outros ()
9 – Família possui algum meio de transporte? () / Não ()
10 – Renda familiar aproximada: Entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00 () / Mais que R\$ 3.000,00 () / Mais que R\$ 5.000,00 ()
11 – Seu grau de escolaridade: 1º Grau () / 2º Grau () / Superior completo () / Superior incompleto () / Pós-graduação ()
Trabalho e Família
12 – Você acha que seu trabalho afeta(ou afetou) negativamente sua família? Caso positivo, explique por quê.
13 – Você acha que é afetada pelo estresse no trabalho?
14 – Você desempenha suas tarefas profissionais como algo secundário e as familiares como uma prioridade?
15 – A maternidade dificulta seu desempenho no trabalho policial?
16 – Você sente dificuldades de viajar a trabalho e de cumprir horas extras em função da família?
17 – Você costuma falar do trabalho em casa?
18 – Você leva para o ambiente familiar os problemas do âmbito profissional?
19 – Qual a frequência com que você convive com seu esposo e seus filhos? Considera que o tempo que você convive com eles é suficiente?
20 – Você já passou por alguma situação de extremo perigo no trabalho? Em caso positivo, relate.
21 – Você anda armada normalmente?
22 – Você acredita que a segurança de sua família pode ser afetada pelo fato de você ser policial?
23 – Você gostaria que seus filhos fossem policiais?
24 – Sua profissão restringe a vida social de sua família?.
25 – Em que medida você faz uso de bebidas alcoólicas?
26 – Você considera que mudou após entrar para a polícia?
27 – Você tem orgulho de ser policial e de trabalhar na Rotam?

Outros dados:

28 – Você já utilizou o Serviço de Psicologia da PMPA?

29 – E o de Psiquiatria? Sim () / Não ()

30 – Gostaria de fazer algum comentário adicional?

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE ACEITE DO ARTIGO 1



**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA**

PROJETO LIVRO: “Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública”. **Coordenadores:** Prof^a Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, Prof^a Mestranda Marcelle Peres da Silva e Acadêmica Denise Carla de Melo Vieira. **GRUPOS DE PESQUISA:** “Ordenamento Territorial, Espaço Urbano e Violência na Amazônia” e GAPTA “Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia”.

Coordenadores: Prof^a Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, Prof. Dr. Christian Nunes e Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva

Belém, 06 de março de 2017.

CARTA DE ACEITE

Prezado(a) **Regina Ferreira Lobato**

Temos a satisfação de informar que o artigo intitulado “**O trabalho policial feminino na Rotam: dos entraves ao reconhecimento profissional**”, de sua autoria, foi aceito para publicação no livro (coletânea) “*Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública*”, com a publicação prevista para 31 de Agosto de 2017 no formato de e-book.

A comissão organizadora e editorial agradece a colaboração.

Atenciosamente.

Organizadores/as e Comissão Editorial:

Prof^a Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

(Coordenador do grupo de pesquisa: “Ordenamento Territorial, Espaço Urbano e Violência na Amazônia”, Professor da Universidade Federal do Pará-UFPA e da Universidade do Estado do Pará-UEPA, atua no Instituto de Educação e Segurança Pública do Pará-IESP).

Prof^a Mestranda Marcelle Peres da Silva

(Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Pará - UEPA. Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará- PPGeo/UFPA).

Denise Carla de Melo Vieira

(Graduada do curso de Bacharelado/Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará. Bolsista (PIBIC/CNPq) do projeto de pesquisa: Cartografia da Violência: Território, Produção do Espaço e violência Urbana- Uma leitura geográfica dos homicídios em Belém.)